

IDEOLOGIA E RACIONALIDADE NA PRÁTICA DA EXTENSÃO RURAL

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração-Rural para obtenção do Grau de "MESTRE".

JUVÊNCIO BRAGA DE LIMA

ORIENTADOR

UNIVERSIDADE FEDERAL
LAVRAS

3

**Ficha Catalográfica preparada pela Seção de Classificação e Catalogação da
Biblioteca Central da UFLA**

Almeida, José Geraldo de

Ideologia e racionalidade na prática da extensão rural / José
Geraldo de Almeida. - Lavras : UFLA, 1995.

80 p. : il.

Orientador: Juvêncio Braga de Lima.

Dissertação (Mestrado) - UFLA.

Bibliografia.

1. Racionalidade - Extensão rural. 2. Participação. 3. Ideologia.
I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

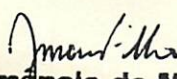
CDD-630.7

JOSÉ GERALDO DE ALMEIDA

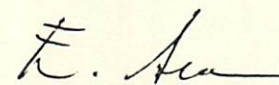
**IDEOLOGIA E RACIONALIDADE NA PRÁTICA DA
EXTENSÃO RURAL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-
Graduação em Administração-Rural para obtenção do
Grau de 'MESTRE'.

APROVADA: em 30 de agosto de 1995


Prof. Jovino Amâncio de Moura Filho


Prof. Marcos Affonso Ortiz Gomes


Prof. Edgard Alencar


**Prof. Juvêncio Braga de Lima
(ORIENTADOR)**

Aos meus pais, Agnel e Geralda

Aos meus sogros, Messias e Emilia

Aos meus irmãos, tios, cunhados e sobrinhos

OFEREÇO

A minha esposa, Mari

Aos meus filhos, Daniel e Felipe

DEDICO

AGRADECIMENTOS

O autor expressa seus agradecimentos:

Aos extensionistas participantes da pesquisa;

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG;

A Universidade Federal de Lavras (UFLA);

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior/CAPES;

Aos Funcionários do DAE/UFLA e da Biblioteca Central;

Ao professor orientador, Juvêncio Braga de Lima;

Aos professores coorientadores, Jovino A. Moura Filho e Marcos Affonso O. Gomes;

Aos professores, Edgard Alencar; Lucimar Leão; Luis Carlos F. Oliveira; Valéria da Glória P. de Brito; Augusto Ramalho de Moraes; Jaime de Almeida (UnB), Maria Carolina Brasileiro de Castro e Sara Chalfun Guimarães;

Ao aluno do Curso de Agronomia, Leonardo de Barros Pinto;

Aos funcionários do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), Francisco Madeiro da Costa; Nivaldo Estrela Marques; Johil Antônio C. da Cruz; Geraldo Browne Ribeiro;

Aos funcionários, Mauro Marcio de Oliveira e Cyro Mascarenhas da EMBRAPA; Antonio Gonçalves de Oliveira do INCRA;

Aos Funcionários da EMATER-MG, José de Castro; Othoniel Ribeiro Junior; Edson Spini Logato; Patricia De Oliveira Pereira Silva; Cléia Venina R. M. Guimarães;

A todos os colegas de turma do curso;

A todos que direta ou indiretamente o ajudaram.

SUMÁRIO

	PÁGINAS
LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	ix
SUMMARY.....	xi
APRESENTAÇÃO.....	xiii
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 A IDEOLOGIA E A RACIONALIDADE DA EXTENSÃO RURAL.....	04
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ÁREA DE ESTUDO.....	16
3.1 Delimitação da área.....	16
3.2 Análise Documental.....	17
3.3 A utilização da escala Likert.....	18
4 O MUNDO DO SISTEMA SIBRATER/EMATER-MG.....	21
4.1. Fases organizacionais.....	21
4.1.1 Fase Clássica ou Rogeriana.....	21
4.1.2 O Produtivismo-Humanismo Sistêmico.....	25
4.1.3 A ação participativa da extensão na Nova República.....	33
4.1.4 A busca da qualidade através da ação estratégica.....	38
4.2 As diferenças entre as fases.....	45

PÁGINAS

5 AS OPINIÕES DOS EXTENSIONISTAS SULMINEIROS.....	49
5.1 Caracterização dos extensionistas de campo.....	51
5.1.1. Idade.....	52
5.1.2. Tipo de trabalho realizado.....	53
5.1.3. Origem.....	54
5.1.4. Ano de realização do pré-serviço.....	55
5.1.5. Quantidade de treinamentos recebidos.....	56
5.2 A ideologia e a racionalidade presentes nas respostas.....	58
5.2.1. As respostas indefinidas e os indecisos.....	58
5.2.2. As questões com racionalidade participativa.....	61
5.2.3. As questões difusionistas.....	64
6. CONCLUSÃO.....	67
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
ANEXOS.....	74

LISTA DE QUADROS

QUADROS		PÁGINAS
1	Fases históricas e dimensões do trabalho extensionista....	48
2	Distribuição de frequências e valores médios dos escores em função da racionalidade organizacional.....	50
3	Distribuição de frequência e valores médios dos escores em função das variáveis analíticas e as faixas etárias.....	52
4	Distribuição de frequência e valores médios dos escores em função das variáveis analíticas e tipo de trabalho executado na prática pelo extensionista de campo.....	54
5	Distribuição de frequência e valores médios dos escores em função do local de realização do curso primário.....	55
6	Distribuição de frequências e valores médios dos escores em função da vivência na organização à partir da realização do pré-serviço.....	55

QUADROS**PÁGINAS**

7	Distribuição de frequências e valores médios dos escores em função das variáveis analíticas e da quantidade de treinamentos recebidos.....
---	--

57

LISTA DE FIGURAS

FIGURA

PÁGINAS

01	Escores médios obtidos na escala Likert.....	50
-----------	---	-----------

RESUMO

ALMEIDA, J.G. Ideologia e Racionalidade na Prática da Extensão Rural. Lavras: UFLA. 80p. (Dissertação-Mestrado em Administração Rural).(*)

A extensão rural como organização pública de desenvolvimento rural expressa em seus documentos a intenção de alcançar melhoria da qualidade de seus serviços junto à seu público. Neste trabalho, apresenta-se um estudo sobre o funcionamento do "mundo do sistema" de uma estrutura organizacional com amplitude nacional, regional, e municipal, com o intuito de auxiliar na identificação de caminhos para esta melhoria. Com a participação efetiva dos extensionistas e com a democratização das informações que atualmente ocorre, a qualidade do resultado do trabalho da organização pode ser ampliada. Esta ação depende da socialização organizacional e de informações capazes de propiciar esta melhoria na ação efetiva no "mundo da vida".

Habermas (1987 e 1989), na teoria do agir comunicativo, apresenta uma reflexão sobre a racionalidade moderna onde os processos burocratizados das organizações tendem a incorporar as pretensões dos indivíduos em seu processo administrativo. De um outro lado Freire (1975), enfatiza que a educação é fundamental para a participação consciente dos indivíduos e de suas organizações em processos de desenvolvimento rural, de acordo com Pinto (1981).

* Orientador: Juvêncio Braga de Lima; Membros da banca: Jovino A. de Moura Filho, Marcos A. Ortiz Gomes e Edgard Alencar.

Assim, o sucesso e a qualidade da organização, ou seja sua adaptação e sobrevivência em um ambiente cada vez mais comunicativo,, democratizado e globalizado será decorrente da ampliação do espaço para a participação dos extensionistas, neste caso, no processo decisório organizacional.

Através do estudo histórico-documental da organização da extensão rural no Brasil, e em específico no Estado de Minas Gerais, pode-se constatar a predominância de duas racionalidades opostas entre si, orientando as diretrizes, as normas e consequentemente a ação extensionista. Na busca da análise da ideologia organizacional dos órgãos públicos transformados em empresas de extensão rural foram encontradas a racionalidade participativa, hoje predominante entre os funcionários, e a racionalidade difusionista.

Em um desenvolvimento assíncrono, estas racionalidades foram se constituindo a partir da direção que o Estado determinava, das relações entre os extensionistas e a empresa e entre estes com o público, imprimindo os métodos pelos quais a organização funcionava internamente e externamente.

Para complementar a caracterização desta ideologia, apresenta-se nesta dissertação, uma pesquisa empírica, objetivando aferir o posicionamento dos próprios extensionistas da superintendência Sulmineira da EMATER-MG em relação as racionalidades apresentadas, tomadas à partir de variáveis tais como a tecnologia, a comunicação, as formas de organização e de interação com o público.

SUMMARY

IDEOLOGY AND RATIONALITY IN THE PRACTICE OF RURAL EXTENSION

Rural extension as a public organization of rural development expresses in its documents the goal of achieving improvement of its work with its public. In this work, a study on the working of the "system world" of a organizational structure with national, regional and city range, with a view to help in identifying roads to such improvement. Will the effective extension workers participation and with the democratization of the information which at present take places, the quality of the result of the work of the organization may be enhanced. This action depends on organizational sociabilization and information capable of affording this improvement in the effective action in the "world of life".

Habermas (1983), in the theory of the communicative acting, shows a reflexion on modern rationality where bureaucratic processes tend to encompass the purpose of individuals in their managemental process. On the other hand, Freire (1975), emphasize education as fundamental to the aware participation of individuals and their organizations in the developmental process.

Thus, both the success and quality of the organization, viz its adaptation and survival in an environment more and more communicative, democratized and globalized will be owing to the enlargement of the space for participation of extension workers in the organizational decision-making process.

Through the historical documental investigation of the organization of rural extension in Brazil, and particularly in the state of Minas Gerais, the prevalence of

two contrary rationalities between each other, directing their guidelines, patterns and hence extensionist action. In the search for the analysis of the organizational ideology of the public organizations turned into rural extension enterprises were found the participant rationality today prevailing among employees and spreading rationality .

In an assynchronical development, these rationalities were constituting of the direction that State used to establish and the relationships among extension workers, the enterprise, among these and the public imprinting the methods through which the organization would work both internally and externally.

To complement the characterization of this ideology, in this dissertation an empirical research work is shown, seeking to check the positioning of the extensionists themselves of the Sulmineira superintendency of EMATER-MG, relative to the rationalities shown, taken from variables such as technology, communication, the forms of organization and interaction with the public.

APRESENTAÇÃO

A extensão rural como organização pública de desenvolvimento rural expressa em seus documentos a intenção de alcançar melhoria da qualidade de seus serviços, junto a seu público. Neste trabalho apresenta-se um estudo sobre o funcionamento do "mundo de sistema" desta estrutura organizacional que possui amplitude nacional, regional, e municipal, com o intuito de auxiliar na identificação de caminhos para esta melhoria.

Habermas (1983), na teoria do agir comunicativo, apresenta uma reflexão sobre a racionalidade moderna, onde os processos burocratizados das organizações, tendem a incorporar as pretensões dos indivíduos em seu processo administrativo. Estas pretensões devem ter validade, e para isto devem ser baseadas no direito, na busca pela equidade sócio-econômica dos envolvidos, e na compreensibilidade das pretensões enunciadas. Assim, a organização propiciaria a ampliação da participação consciente dos indivíduos no processo decisório organizacional, garantindo, assim, a sua sobrevivência em um ambiente cada vez mais democratizado.

De um outro lado, Freire (1975), enfatiza a educação como fundamental para a participação consciente dos indivíduos no processo de desenvolvimento. Através dos métodos participativos a organização assumiria outra prática social, investindo no processo de comunicação dialógico, que é baseado na ação, na reflexão sobre a ação e numa nova ação, de acordo com as situações concretas dos processos de desenvolvimento.

Assim, o sucesso e a qualidade da organização, ou seja, sua adaptação e sobrevivência em um ambiente cada vez mais democratizado, comunicativo

e globalizado estará diretamente proporcional à ampliação do espaço para a participação ativa e educativa dos extensionistas, neste caso, no desenvolvimento.

A racionalidade presente na prática de extensionistas de campo é resultante, dentre outras, da ideologia organizacional, que se manifesta em períodos, ou fases distintas, e é também resultante da interação destes extensionistas com seu meio, ou de seu "mundo de vida". Para analisar as racionalidades presentes nas fases historicamente delineadas, necessita-se de teorias que coloquem alternativas àquela do agir instrumental derivado de Weber (Siebeneichler 1986).

No presente estudo tem-se a preocupação de demonstrar que a organização, em sua evolução, apresenta modificações ideológicas identificadas em seus documentos e nos discursos de seus principais dirigentes. A cada mudança corresponderam adaptações no processo de socialização organizacional, decorrentes, em parte, das diferentes concepções ideológicas dos dirigentes.

Existem as fases: "clássica" e "produtivista-humanista", bem relacionadas com a racionalidade difusionista e as fases "participativa" e "estratégica" relacionadas com a racionalidade participativa, porém, com concepções diferenciadas quanto ao conceito de participação.

Através da socialização os extensionistas aprendem as fundamentações que justificam a ação institucional na prática. Assim, a racionalidade desejada depende do processo de socialização, onde coexistem aqueles que concordam com a ideologia organizacional, aqueles indefinidos e aqueles que não concordam (Alves 1991).

A democratização, a descentralização e a globalização através dos modernos meios de comunicação, têm alterado a cada dia a racionalidade do relacionamento entre as pessoas e entre estas e as organizações. Isto acompanha uma mudança que ocorre com a sociedade e pode provocar mudanças nos valores subjetivos e na racionalidade dos indivíduos, no caso, extensionistas de campo.

Pela pesquisa de campo realizada, verifica-se que a maioria dos extensionistas responderam de forma a permitir a constatação de posicionamentos diferenciados (difusionistas, participativos e indefinidos) e estes se originam nas diversas fases apresentadas pela organização.

Para a obtenção dos resultados desta dissertação seguiu-se um plano de idéias, onde a experiência do pesquisador somada à experiência de colegas e professores propiciou um esquema geral de construção, a seguir resumido: na primeira parte, a título de introdução, discute-se a possibilidade de separação da história da extensão rural em fases ou períodos e questiona-se sobre o relacionamento entre o desejado pela organização e a opinião dos extensionistas de campo em seu "mundo da vida".

No segundo capítulo, expõe-se o referencial teórico com os conceitos fundamentais e esses confrontados com o entendimento de participação.

Uma vez compreendido o instrumental teórico, no capítulo três, discute-se os caminhos escolhidos para identificar e analisar as racionalidades apresentadas pela organização e para obter as opiniões e as disposições dos extensionistas de campo. No capítulo quatro, apresenta-se uma descrição analítica dos resultados da análise documental, retratando as fases e suas concepções e tendências, ora para o difusionismo, ora para a participação. Estas fases coexistem dialeticamente na realidade da organização, ou seja, com a evolução de um tipo de racionalidade os outros tipos continuam existindo e influenciando nas decisões tanto da organização quanto dos extensionistas de campo.

Tendo delimitado e analisado o conteúdo no qual o extensionista é socializado na organização e o desenvolvimento histórico da mesma, este trabalho passa a apresentar, no capítulo cinco, os resultados analisados e discutidos da pesquisa de campo.

Por último, apresenta-se a conclusão, onde se afirma as esperanças numa extensão rural como direito dos pequenos produtores, mais participativa e menos difusionista, onde, além do saber dos conhecimentos especializados, os extensionistas possam oferecer a própria experiência (pessoal e profissional) para a melhoria das condições da qualidade de vida de seu público.

1 INTRODUÇÃO

As análises existentes e disponíveis sobre a ação do extensionista de campo explicam muitos aspectos quantitativos e qualitativos envolvidos no processo de comunicação rural entre extensionistas e produtores rurais e é pretensão deste trabalho contribuir, dentro de seus limites, para a ampliação do conhecimento sobre as teorias, ideologias e racionalidades existentes neste processo.

Demonstrar que a organização passou por fases ideológicas diferenciadas e que estas mudanças se refletem nas opiniões e disposições de extensionistas de campo constitui a questão a ser tratada doravante nesta dissertação.

O extensionista de campo, para realizar seu trabalho com qualidade, deve possuir conhecimentos em tecnologia agropecuária e gerencial, em comunicação rural e da realidade sócio-econômica dentre outros, que permitam a sua ação educativa no "mundo da vida".

Após seu ingresso no serviço de extensão, o profissional recebe uma capacitação inicial, onde a organização expõe suas políticas, suas diretrizes de trabalho e sua ideologia institucional. Durante sua vida profissional, recebe novas capacitações sempre que há necessidade de aperfeiçoamento em tecnologias agropecuárias e gerenciais, em comunicação e metodologia, em associativismo rural ou informações sobre novas políticas institucionais, que veiculam a ideologia e a racionalidade da ação desejada pela organização.

A organização, através do seu processo de socialização, transmite premissas e as diretrizes para o cumprimento da missão organizacional que, para este trabalho, fundamenta-se nas ideologias apresentadas pela organização em sua evolução.

Pode-se, para fins analíticos, separar em épocas ou fases as racionalidades promovidas pelo processo de capacitação, tomando como referência o conceito atribuído à participação. Da década de 40 a meados da década de 70, prevaleceu a ideologia pioneira norte americana, ou "clássica". Aqui a extensão rural era através do assistencialismo social, do crédito subsidiado e "educativo" ao pequeno produtor rural descapitalizado e desconhecedor das novas técnicas necessárias ao desenvolvimento rural dependente da tecnologia norte-americana.

O serviço de extensão surgiu oficialmente em 1948, com a criação da ACAR-MG e tinha como compromisso maior a educação dos pequenos produtores rurais. No contexto da guerra fria, o trabalho educativo tinha como meta a criação de uma ideologia apropriada para a transformação da agricultura de subsistência em uma agricultura capaz de gerar lucros e não revoluções.

Assim, a extensão utilizou-se de uma metodologia de trabalho, onde se privilegiava o saber sistematizado pela pesquisa e apropriado para o modelo de desenvolvimento que se implementava no Estado. Porém, desqualificando o saber dos pequenos produtores.

Após, com a centralização política adotada em 1964 e o economicismo imposto como solução para os problemas sociais, a ABCAR se transformou em EMBRATER e a participação foi enfocada através da confecção de planos de trabalho para a assistência técnica, predominando a utilização de métodos difusionistas de comunicação rural. A fase "produtivista-humanista", ou seja, da cooptação prevaleceu até 1985, quando a ideologia organizacional passa a incorporar conceitos como participação libertadora e diálogo problematizador, através da tentativa de transformação da ação difusionista numa ação educativa, "participativa" e comunicativa (Figueiredo 1986).

A metodologia de trabalho teórico-prático denominada de ação-reflexão-ação é decorrente de trabalhos de educadores preocupados com o desenvolvimento da pequena produção agropecuária, que estaria sendo desqualificada e destruída pelo avanço do capitalismo em sua forma mais selvagem (Fonseca 1985).

Com o fim da EMBRATER em 1990, a Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SER) adota outra premissa, baseada na ação "estratégica" do

processo de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial e em função das demandas do mercado (EMBRAPA 1991, Flores e Silva 1992).

Como a ideologia que informa a ação prática extensionista é proveniente de várias fontes, desde a formação familiar até as informações recebidas através dos meios de comunicação de massa, percebe-se à nível de campo, opiniões com racionalidades conflitantes quanto à missão da extensão.

Na EMATER-MG, onde se realizou a pesquisa de campo desta dissertação, verificam-se também fases semelhantes. No momento, a ação extensionista tem como premissa a melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, através do Plano de Desenvolvimento Empresarial (PDE), onde a organização busca oferecer um serviço de qualidade (EMATER-MG 1994a).

2 A IDEOLOGIA E A RACIONALIDADE DA EXTENSÃO RURAL

Para obter sucesso e alcançar o reconhecimento de sua utilidade como instrumento de desenvolvimento rural, a organização extensionista deve ter capacidade de garantir um crescimento contínuo da participação de seu público nas definições de políticas e diretrizes para o setor. Para isto, necessita de profissionais que possam viabilizar esta missão e, como em todas as organizações humanas, existem concordâncias e confrontos entre as pretensões da organização, dos seus agentes e do seu público. Muitas vezes estas pretensões apresentam-se de forma contraditória, demonstrando, assim, fundamentação ideológica diferente para suas ações.

A importância da ideologia é justamente seu poder de referendar as decisões individuais e coletivas, ou seja, para justificar a existência e as ações das pessoas e das organizações. Mesmo tendo esta importância, as idéias nada podem, sem a participação necessária de homens que ponham a funcionar uma força prática, que materialize a idéia na realidade.

Segundo Mendonça (1985), ideologia é um sistema de idéias gerais que se acha na base de comportamentos individuais ou coletivos, constituindo-se num conjunto de representações pelas quais os homens vivem relações com suas condições de existência. Portanto, é um modelo integrador de existência em que idéias consolidam valores no mapa cognitivo, na consciência individual e coletiva, dando-lhes as bases programáticas da ação, no sentido de fazer e refazer o processo histórico através da prática, na interação com o mundo da vida e com o mundo do sistema (Ferrari 1984).

Para Marx, contudo, a ideologia dominante nos países capitalistas no século dezenove seria uma consciência social falsa, elaborada pelos agentes

intelectuais de uma classe, que tinha por resultado o mascaramento da natureza objetiva dos interesses materiais dessa mesma classe (Mendonça 1985).

A instrumentalização das ações sociais, imaginada como medida necessária para regular e controlar conflitos e contradições geradas pelas forças do mercado, dentro do modo de produção capitalista, foi eficiente para a produção de conhecimentos e de tecnologia, mas, por outro lado, a maioria dos indivíduos não usufrui destes conhecimentos e desta tecnologia (Habermas 1989).

Para este trabalho, ideologia é um conjunto de representações que podem refletir realidades concretas ou falsas. Dependendo da situação, a ideologia pode se apresentar como racional, ou não (Chauí 1983 e Ferrari 1984).

Racionalidade é outro conceito bastante amplo. Tenório (1990) definiu-a como a faculdade intelectual mais importante sendo considerada como norma de nossas ações e que se baseia no direito, no dever e na equidade. Fornece os argumentos e as provas que justificam um fato ou uma circunstância.

No funcionalismo derivado de Weber, a racionalidade pode ser entendida como o "agir-racional-com-respeito-a-fins". A lógica dos meios necessita um saber tecnicamente utilizável, que permita melhorar a eficácia de uma operação (num sistema ou numa estratégia), através da escolha prévia (por especialistas) de meios adequados ao sucesso. Para que estes meios se materializem na realidade, os paradigmas se tornam instrumentos de hábitos, normas e costumes.

A racionalidade participativa que surge numa relação comunicativa, através da qual dois ou mais sujeitos entram em acordo sobre questões cotidianas relacionadas com a verdade, a justiça e a compreensibilidade, consiste no estabelecimento de normas que emergem do diálogo, em um contexto sem coerção, possibilitando aos indivíduos exteriorizarem suas opiniões, intenções e idéias sem receios (Habermas 1987).

Assim, tem-se a ação comunicativa, conceituada por Habermas, que nasce na interação, linguisticamente mediatizada, entre sujeitos capazes de comunicar-se. Esta ação é governada por normas consensuais e constitui um agir orientado para o acordo, apresentando, a nível implícito, pretensões de validade que são reciprocamente reconhecidas pelos agentes (Magalhães 1986).

Em sua crítica a Weber, Habermas entende que este não conseguiu explicar com precisão em que consiste a racionalidade no mundo moderno. Nas sociedades modernas, as relações entre os homens são determinadas pelo processo material de produção, evidenciando a predominância da esfera econômica e, por sua vez, a predominância da ação por interesses pré-concebidos (Siebeneichler 1986).

Para Habermas (1987), a dinâmica da transformação social, aliada à insuficiência do modelo capitalista, impulsiona grandes reformulações no seu próprio âmbito, de forma a garantir sua sobrevivência. Portanto, para este autor, o homem moderno funde em seus atos dois mundos distintos: o mundo do sistema, no qual os interesses nas multifacetadas relações entre as organizações estão sempre em jogo; e o mundo da vida, espaço onde há socialização na prática, sedimentadas em atos de solidariedade. Ele explicou o processo de burocratização pelo qual passa a sociedade como sendo uma anexação do mundo da vida pelo mundo do sistema, impondo àquele a razão instrumental.

Com a racionalidade do agir comunicativo, que convive no seu cotidiano no mundo da vida, a ação do sujeito participante fica condicionada às decisões consensuais obtidas por processos de comunicação, onde se pode verificar a legitimidade das pretensões dos participantes do processo. Com esta racionalidade, a questão da produção e da distribuição dos bens e serviços é discutida em função da humanização das relações sociais e não apenas em processos de capitalização, que descapitalizam a maioria (Habermas 1989 e Friedrich 1988).

O autor não sugere um fim ao mundo do sistema. Ao contrário, reconhece a inevitabilidade do avanço tecnológico para a solução dos interesses materiais da sociedade e a imprescindibilidade do sistema de produção material para satisfazer às necessidades de sobrevivência da humanidade, mas preservando os seus limites e delimitando as fronteiras da razão instrumental, com vistas a evitar a invasão do mundo vivido pelo mundo do sistema. Habermas estabelece, assim, a separação entre o aspecto do agir-racional-com-respeito-a-fins e o agir comunicativo, que é guiado por normas consensualmente estabelecidas. Racionalização, no caso da ação comunicativa, significa "o cancelamento das relações de coerção que, penetrando imperceptivelmente nas estruturas comunicativas, impedem que os conflitos sejam

resolvidos conscientemente e regulamentados de modo consensual". Racionalizar, neste contexto, significa: "a superação de tal comunicação sistematicamente distorcida" (Habermas, citado por Magalhães, 1986).

Através do processo de socialização, a ideologia do mundo do sistema é difundida, formando conjuntos de representações que devem ser adotados pelos indivíduos. É assim que ocorrem as relações entre os indivíduos e entre estes e as organizações, e assim também ocorre na extensão rural (Resende, 1990).

O Estado é considerado entre todas as organizações criadas pelo homem, a mais complexa. Quer pela amplitude, quer pelas variadas formas através das quais se expressa, ou ainda pela aparente autonomia em relação à sociedade civil, tornando-se assim muito complexa sua análise. Sob o aspecto externo, pode-se definir o Estado como um complexo territorial e demográfico sobre o qual se exerce uma dominação política. Portanto, o Estado pressupõe a existência de um poder político, povo e território, como elementos interligados indissociáveis. De um lado, a existência do Estado está ligada à existência da sociedade de classes. Seu aspecto e função básica é a de manter a organização, coesão e regulamentação da sociedade de classe (Pacheco, 1986).

Ao Estado cabe propiciar as condições mais justas e humanas para o desenvolvimento da sociedade como um todo, utilizando-se de métodos e meios democráticos de controle social, onde o conceito de Estado está associado à maneira como este cria e potencializa o espaço para a participação de seus elementos constituintes nas decisões que norteiam a sociedade (Bressan 1986).

Processos participativos não substituem totalmente a imposição do Estado, mas propõem reduzir sua extensão. Pode-se dizer que participar é optar por formas mais democráticas de poder não com a ilusão de que todos mandam, ou de que ninguém manda (Demo, 1987). A isto se associa a importância do Estado na eliminação das desigualdades sociais, através da oferta de oportunidades para a melhoria do nível de vida daqueles que vivem à margem do desenvolvimento.

A questão é analisar qual está sendo o papel do Estado ao promover o desenvolvimento. Ele deve fornecer recursos, meios, a estrutura de apoio e induzir os indivíduos a se comportarem de acordo com as regras pré-determinadas ou ele deve ter

um papel apenas incentivador, criando as condições para que a sociedade se organize e providencie aquilo que é mais fundamental para seu próprio desenvolvimento, estabelecendo, avaliando e restabelecendo normas, regras, paradigmas, leis, decretos e diretrizes (Abramovay 1992).

Uma das categorias mais frequentemente associadas ao desenvolvimento tem sido a noção de crescimento econômico. Esse indicador, juntamente com o Indicador de distribuição de renda domiciliar, demonstra o nível e a qualidade do desenvolvimento alcançado por uma determinada nação. No caso do Brasil, temos um PIB de primeiro mundo, e uma distribuição de renda considerada como uma das piores do mundo.

Como conciliar o desenvolvimento econômico-tecnológico com desenvolvimento sócio-cultural sem injustiças continua sendo um problema com poucas perspectivas de solução, pelo menos no curto e médio prazos. Neste sentido, uma das organizações criadas, para concretizar as políticas e diretrizes do Estado referentes ao desenvolvimento rural, foi a extensão rural.

Extensão pode ter uma conotação de que conhecimentos devem servir para a educação libertadora das pessoas. Mas, também pode assumir o sentido de que conhecimentos devem ser transmitidos para as pessoas, adestrando-as e desta forma, inibindo a participação no processo decisório da sociedade (Freire 1975).

De modo geral, pode-se utilizar o conceito de que extensão rural é constituída pelo conjunto de serviços prestados aos produtores rurais pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Secretarias Estaduais da Agricultura, Secretarias Municipais e outras organizações públicas ou privadas, incluindo nestas as não-governamentais (Smith 1971). A intenção de cada organização no direcionamento teórico-metodológico de seus agentes extensionistas varia do enfoque educativo libertador até o difusionista.

Organizada como entidade jurídica da chamada esfera pública, a organização oficial de extensão passa a atuar junto à sociedade civil como um aparelho ideológico de Estado, a partir da década de 40, quando o mundo estava em crise. As organizações estaduais, seguindo as diretrizes e normas do Ministério da Agricultura, também teriam ação no âmbito das relações técnicas e sociais de produção, interferindo

de modo a favorecer o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo (Caporal 1991).

A fundamentação mais convencional para a ação extensionista ficou marcada pela persuasão, isto é, pela intenção de levar outras pessoas a adotarem o ponto de vista do agente, representante da organização. Esta idéia básica fundamenta a comunicação clássica e foi aperfeiçoada com a inclusão de princípios behavioristas, onde o extensionista, considerado racional, pretende obter respostas, em formas de condutas desejáveis, por parte dos agricultores destinatários de sua mensagem ou argumentação (Friedrich 1988).

Desta maneira, mediante a injeção de estímulos, recompensas e a utilização de métodos eficientes poder-se-ia moldar o comportamento do agricultor, introduzindo inovações tecnológicas e novos valores. Com isto, a vontade do produtor passa a ser fortemente influenciada pelos interesses da organização. As inovações tecnológicas teriam a tendência de se difundir no seio de uma população da mesma forma que uma epidemia, assim como os novos valores iriam multiplicando novos hábitos, de acordo com Rogers e Shoemaker (1971), caracterizando a racionalidade difusionista.

Contudo, esta missão de elevar a qualidade de vida rural, apresentada de forma simples, é na verdade complexa. O modo como se processa esta transformação pode ser caracterizado por relações sociais que propiciem espaço para a participação, ou que limitem este espaço, de acordo com interesses não-consensuais.

A ideologia e a racionalidade do extensionista têm seus fundamentos na sua posição frente as diretrizes que constituem a ideologia organizacional. Como se verá, têm-se momentos onde a racionalidade da ação era decorrente de diretrizes voltadas para a participação e momentos onde a tendência era para a cooptação. Esta ideologia lógica pode ser crítica, transformadora ou tradicional, podendo assim, desvendar ou mascarar a realidade para si próprio e para aqueles que possa influenciar.

Os extensionistas têm sua lógica para atuar na realidade e esta lógica se manifesta no seu trabalho (sua ferramenta é o seu conhecimento) e na sua interação social, tanto com o seu público, como também com sua própria organização empregadora.

Na prática, a ideologia presente constitui-se dos fundamentos teórico-metodológica que o extensionista recebeu na organização, da herança ideológica doméstica, das influências da escola e do restante da sociedade, ou seja, de todo seu processo de socialização individual e profissional. Isto tudo se reflete nos valores e símbolos que o orientam, em seus conhecimentos e nas características da sua interação social.

Valores são atribuídos de acordo com o referencial teórico metodológico do indivíduo, ou seja, são validações de ações ou refutações ideológicas e podem tender para posicionamentos favoráveis à participação ou à instrumentalização em relação ao interlocutor (Mendonça 1985).

O conhecimento é, segundo Marques (1986), um processo de aprofundamento da experiência e de organização/sistematização do saber, operando-se rupturas que abram perspectivas novas a partir de novos instrumentos conceituais e operacionais. Cada nível de conhecimento é necessário e útil para determinada problemática, mas não pode encerrar-se em si mesmo, necessita abrir-se para níveis mais profundos e abrangentes.

O conhecimento é a ferramenta do extensionista. Esta frase representa a importância do conhecimento no trabalho da extensão rural e sintetiza todo o conflito entre os defensores da valorização do diálogo como ferramenta e o conhecimento como fruto da interação, e os que acreditam na eficácia do agir com objetivos preestabelecidos, ou seja, da instrumentalização da ação social do extensionista. Nesta variedade de posições ideológicas, muitas posições intermediárias existem, mas ora tendem para a posição mais instrumental, ora tendem para a posição mais participativa (Amorese 1984). Para este trabalho abordam-se as esferas do conhecimento que influem na postura profissional do extensionista e que serão a seguir comentadas.

Com relação ao conhecimento sobre a natureza da tecnologia, o método científico que predominou na evolução da organização e que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza, passou a fornecer tanto os conceitos puros, como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem através da dominação da natureza. Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas enquanto tecnologia, e esta garante a formidável legitimação

do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura (Marcuse, citado por Habermas 1983).

A consciência tecnocrática é, por um lado, "menos ideológica" que todas as ideologias anteriores; pois ela não possui a violência opaca de um ofuscamento que joga apenas com a ilusão de satisfação dos interesses. Por outro lado, a difusa ideologia de fundo hoje dominante, que transforma a ciência em fetiche, é mais irresistível e mais abrangente do que as ideologias do tipo antigo, pois com o velamento das questões práticas, ela não somente justifica um interesse de dominação parcial de uma classe determinada e oprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, como também atinge o interesse emancipatório da espécie humana, como tal (Habermas 1983).

O saber do extensionista constitui um saber sobre a agricultura e a modernização, mas não um saber sobre os agricultores, seus conhecimentos e suas tradições. Com isto, há uma tendência a desqualificação do saber dos produtores. Já os produtores, que resistem a esta situação, consideram o saber do extensionista inocente, um conhecimento de escritório, ou seja, apresenta um desconhecimento dos problemas reais da agricultura.

No que se refere à tecnologia agropecuária e gerencial em foco, compreende-se como fruto de conhecimento adquirido na vida prática, na escola técnica, na universidade e nas capacitações propiciadas pela organização. A tecnologia utilizada pelo público pode ser considerada como ponto de partida para mudanças que propiciem maior produtividade e rentabilidade, ou mudanças que propiciem conscientização de situação sócio-econômica e ideológica. Também com relação à tecnologia, posições intermediárias existem e em muitas situações o extensionista tem que conciliar estas concepções, de forma a resolver problemas concretos de seu público.

O serviço de extensão deveria privilegiar tecnologia que criasse dependência, exigisse insumos e maquinário de difícil aquisição e que pudesse prejudicar o meio ambiente, como era normal com o processo difusionista? Ou deveria procurar o questionamento sobre esta tecnologia, provocando com isto um novo processo, onde o diálogo entre extensionista e as famílias bem como entre estes e as diversas organizações atuantes no meio rural se fundamentasse na procura por

alternativas adequadas ao mundo da vida dos envolvidos no processo de desenvolvimento?

Também, quanto à tecnologia, tem-se a questão do adotante, ou seja, o poder aquisitivo limita e define "quem pode de quem não pode" e isto é essencial para decisões em organizações encarregadas de incentivar o processo de desenvolvimento, onde o interesse maior é expandir o mercado de insumos, equipamentos e máquinas.

O conhecimento sobre comunicação rural também é fundamental para o extensionista, e a concepção clássica de comunicação, por pretender-se neutra, não problematiza a realidade global da sociedade e quando questiona, centra sua conduta nos valores e nos conhecimentos dos receptores das mensagens, com vistas a adaptá-los aos interesses da fonte que, em geral, representa os valores e interesses econômicos, políticos, culturais e sociais de elites da sociedade ou mesmo de sociedades ou grupos forâneos. Assim procedendo, em vez de serem neutras, as mensagens transmitidas são favoráveis à manutenção do estabelecido, ou seja, professam a ideologia dos grupos dominantes (Friedrich 1988).

De acordo com sua história de vida, o extensionista pode se considerar como um facilitador de informações ou um difusor de informações. Para um, o conhecimento é fruto do diálogo, para o outro, o conhecimento é transmitido dos que sabem para aqueles que não sabem. Se de um lado o diálogo pressupõe condições de validações das pretensões dos interlocutores, do outro a transmissão não tem compromissos com interesses contrários à política e diretrizes da organização. Posições intermediárias entre estas indicam grande variedade de possibilidades no plano ideológico, mas sempre com uma tendência para uma das posições conflitantes.

Difusão é o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais, durante um período de tempo, entre os indivíduos e as organizações de um sistema social. A adoção ocorre quando o indivíduo incorpora ao seu sistema de produção tal inovação (administrativa ou técnica), passando a usá-la como uma prática comum em seu cotidiano (Rogers e Shoemaker 1971).

Segundo o modelo de difusão de Rogers e Shoemaker, uma inovação é aceita imediatamente por produtores inovadores, que não seriam típicos do grupo social estudado. Geralmente teriam características especiais que lhes dariam melhor

condição de aceitar de imediato a proposta do extensionista; em seguida, o grupo de adotantes rápidos que seria formado por pessoas mais inseridas na realidade local, tendo grande conhecimento das possibilidades da difusão daquela inovação. Estes fariam uma reflexão e avaliação sobre a tecnologia e somente após tomariam a decisão. Eles teriam a condição de influenciar os demais membros da comunidade; a grande maioria seguiria os adotantes rápidos.

A extensão pode privilegiar o processo de transferência, utilizando-se de métodos difusionistas, ou procurar métodos alternativos, que propiciem o entendimento, o diálogo fundamentado em nova postura metodológica por parte do extensionista e da organização.

A tendência de que o extensionista se sinta como superior perante o produtor rural torna a relação conflituosa e leva a uma dominação do conhecimento técnico-científico sobre o conhecimento popular-vulgar do saber-fazer. Os extensionistas que agem de acordo com esta tendência estão seguindo um referencial teórico-metodológico fundamentado na intervenção estratégica do sistema segundo sua ideologia, ou seja, na transferência de tecnologia apenas como instrumento de desenvolvimento econômico (Pinto 1981).

Considera-se que a forma como a organização socializa suas normas e diretrizes, através da capacitação, fornece indicativos para sua análise, principalmente em relação à participação. O extensionista tem de interagir com a organização que o emprega e isto pode se processar de várias formas.

Considera-se interação social uma relação interpessoal entre, pelo menos dois indivíduos, pela qual os comportamentos destes indivíduos influenciam-se mutuamente e modificam-se individualmente. Permite a certo número de indivíduos tomar-se um grupo. Assim provoca o fato de que o comportamento de cada indivíduo se torne estímulo para outro (Mendonça 1985).

A interação social propicia contato entre os interlocutores do processo extensionista. Este encontro pode resultar em participação ou em relacionamento instrumentalizado, onde o extensionista se coloca como representante do mundo do sistema, devendo provocar o produtor para que este responda às pretensões do

sistema. Neste caso, o extensionista não considera a complexa e contraditória questão da diferenciação social e dos conflitos existentes entre os diferentes tipos de produtores.

A transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, o envolvimento de jovens, senhoras e produtores em grupos e o acompanhamento do crédito rural supervisionado eram as tarefas preconizadas para os extensionistas na fase clássica (EMBRATER 1975). Assim a ação extensionista caracteriza-se fundamentalmente pela intervenção no meio rural, que se apresentava incapaz de acompanhar o ritmo desenvolvimentista propiciado pelo processo de industrialização. Os conhecimentos tecnológicos modernos teriam que ser transferidos dos centros geradores para as áreas carentes, onde os prováveis adotadores destas inovações estariam a espera do desenvolvimento. Esta fundamentação é praticamente invariante, ou seja, ocorreu em todos os países onde se implantaram sistemas de extensão rural (Hayami e Ruttan 1988).

Era necessária uma metodologia de intervenção no meio rural, para que este pudesse se engajar no processo de mudanças desenvolvimentistas lideradas pela indústria. Este processo que se iniciou na década de 30 com o "Estado Novo" getulista, ganhou força a partir do período da segunda guerra e durante a "guerra fria".

No pós-64, o processo de industrialização se instala definitivamente, e as políticas governamentais para o setor rural passam a objetivar e acelerar o seu desenvolvimento, evitando assim o perigo que representava, para a continuidade do governo, o seu contínuo esvaziamento e empobrecimento.

Assim a extensão rural para acelerar este desenvolvimento, seguia planejando suas ações para alcançar os objetivos de tornar eficiente a adoção de tecnologias sem muitas críticas. Estes conceitos até agora discutidos não tocavam na questão educativa da extensão rural, porque a literatura americana, que influenciou a extensão no Brasil, insere na educação o caráter pragmático, vendo-a como o desenvolvimento pessoal das competências, habilidades e atitudes para desempenhar os vários papéis requeridos pela vida humana. A literatura inglesa faz uma distinção entre educação e instrução. Instrução (treinamento) significa o desenvolvimento do conhecimento, de habilidades e atitudes com vistas imediatas a um desempenho profissional. O resultado deve ser a melhor performance na execução de uma tarefa.

Educação é o desenvolvimento da personalidade, sem se preocupar com o desempenho profissional. O resultado se revela em termos de vivência pessoal e não em termos de performance profissional (Oliveira 1988).

Dentro desta visão de desenvolvimento, educar é a arte de formar os referenciais teórico-metodológicos que informam à consciência como construir os hábitos cotidianos. O conjunto destes hábitos adquiridos é a expressão da educação existente no sujeito, incluindo sua posição político-ideológica (Freire 1975 e Pinto 1981).

A educação como prática da liberdade não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura, não é a extensão de conhecimentos técnicos, não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos, não é a perpetuação dos valores de uma dada cultura, não é o esforço da adaptação do educando ao seu meio. Educação é, sobretudo e antes de tudo, uma situação gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes (Freire 1975).

A participação de sujeitos cognoscentes pressupõe a ação comunicativa de Habermas, onde os participantes adquirem cada vez mais oportunidades de contribuir com suas pretensões no processo decisório organizacional. A democratização e as conquistas cada vez mais amplas dos direitos de cidadania propiciariam a ampliação da participação social, principalmente na distribuição dos bens gerados pelo conjunto da sociedade.

À luz dos antecedentes conceituais teóricos deste capítulo pretende-se, então, analisar o desenvolvimento da organização extensionista. Em específico, investigar como se dá o movimento entre uma tendência difusionista e outra participativa.

Uma síntese de cada uma das fases, pelas quais a organização passou, será necessária para a compreensão da evolução destas racionalidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ÁREA DE ESTUDO

Uma vez compreendido o instrumental teórico, descrevem-se e discutem-se os caminhos escolhidos para caracterizar tanto as fases históricas da organização, como os posicionamentos dos agentes extensionistas de campo em relação a ideologia organizacional.

Para a caracterização da organização no contexto histórico- ideológico e também como instituição do Estado, utilizou-se da análise documental.

A participação dos extensionistas de campo ocorreu através da manifestação de suas opiniões à respeito de assertivas construídas a partir de representações extraídas da ideologia e das racionalidades da organização. Isto foi possível pelo uso de uma escala tipo Likert .

A construção dos tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio do conhecimento. Assim, os tipos difusionistas, os indefinidos e os participativos são aqui tratados de ideais em sentido puramente lógico, ou seja, separados da noção do dever ser, do exemplar. São construções de relações objetivamente possíveis (Weber 1982) e que parecem adequadas aos pressupostos desta pesquisa.

3.1 Delimitação da área

A região do sul de Minas Gerais foi escolhida devido a ser a região onde está inserida a universidade e existir um convênio desta com a administração regional da empresa de extensão EMATER-MG, fator que contribuiu para haver todo empenho do

superintendente regional em motivar os extensionistas de campo a responder ao questionário. Entre outras razões estão também as facilidades apresentadas para o trabalho e pelo fato de ser bastante representativa da história da extensão rural no país, tanto no sentido histórico, como no sentido organizacional.

3.2 Análise Documental

Os métodos clássicos de análise de documentos são distinguidos de acordo com o enfoque com que são tratados. Duverger (1976) apresenta dois enfoques básicos: a análise interna e a análise externa.

A análise interna apresenta o conteúdo do documento e pode manifestar-se de duas formas. Na primeira, tem-se um caráter racional e na segunda um caráter subjetivo. O caráter racional da análise é mais ou menos desenvolvido, pode-se ter uma análise mais impressionista, mais sensível à intuição do conjunto, não se desarticulando o texto, para estudar sejam palavras separadas de sua construção na frase, sejam frases retiradas de sua seqüência recíproca. O caráter subjetivo parte de uma perspectiva de análise oferecida pela experiência do pesquisador no universo da pesquisa.

Quanto à análise externa, os métodos clássicos dão grande importância à colocação do documento estudado no contexto de origem, a fim de precisar seu grau de veracidade e contemporaneidade referente aos conjuntos de valores e normas predominantes no período em estudo. Este contexto abrange o conjunto das circunstâncias que acompanharam a redação do documento, sendo isto tão importante quanto o próprio documento. Ele esclarece sua significação.

No caso deste estudo, através da análise documental procura-se os referenciais teórico-práticos que fundamentam a prática de campo. Estes conhecimentos existentes permitem teorizar sobre a organização da ideologia e da racionalidade extensionista e suas relações com seus agentes e com seu público.

3.3 A utilização da escala Likert

Para analisar as opiniões e disposições dos extensionistas de campo sobre racionalidade do trabalho utilizou-se de uma escala tipo Likert, também conhecida como método dos julgamentos somados, que permite a aferição de um determinado posicionamento, a partir de uma base de provas ao acaso, ou seja, provas de expressões ou maneiras de manifestação verbal (escritas) chamadas de itens ou frases (Likert 1975, Friedrichs 1979, Hatt e William 1973).

Neste trabalho, o universo de onde se originaram os itens do questionário é baseado no contexto ideológico e nas racionalidades apresentadas pela organização e pelos extensionistas, no decorrer de sua evolução histórica.

Na construção dessas afirmativas, utilizou-se de expressões coloquiais derivadas dos documentos oficiais, da vivência do pesquisador e da contribuição de vários extensionistas, que trabalham em Brasília, Belo Horizonte, Lavras e Nepomuceno.

Com a autorização da organização, representada por extensionistas que ocupam posições e cargos de responsabilidade, foi acertado o envio de correspondências para os extensionistas de campo lotados nos escritórios locais da EMATER Sul de Minas, contendo o apelo (Anexo 1) e o questionário com as escalas (Anexo 2).

Nas reuniões realizadas, tratou-se da apresentação da pesquisa e de sugestões para a melhoria das afirmativas.

Para este trabalho, elaborou-se um questionário inicial com 100 questões, que foram reduzidas para vinte e cinco, sendo que cinco foram destinadas à identificação pessoal e vinte para os julgamentos. Destas, dez dos enunciados pressupunham uma concordância com a racionalidade participativa e os outros dez, uma concordância com a racionalidade difusionista (Anexo 3).

Realizou-se um pré teste do questionário. A questão era ter indicativos sobre a compreensão das afirmativas e a validação das escalas. Este trabalho foi realizado nos municípios de Lavras e Nepomuceno com a participação efetiva de extensionistas de campo.

Os participantes do pré-teste foram orientados a dar uma resposta para cada enunciado, expressando sua identificação ou recusa diante de uma afirmação de um modo fechado. Ou seja, a medida de sua aceitação ou não devia obedecer a uma escala de cinco níveis: concordo, concordo parcialmente, indefinido, discordo parcialmente e discordo. Aos graus de identificação ou recusa do entrevistado, segundo a metodologia de Likert, são atribuídos os valores de 1 a 5 na tabulação. A atribuição de valores de um a cinco para as alternativas foi o critério de aproximação com o referencial ideológico organizacional, ou seja, valores próximos a um representariam a opinião ou a disposição de concordar com as diretrizes difusionistas, predominante nas fases clássica e produtivista-humanista. De outro lado, valores próximos a cinco indicariam disposições de concordar com os referenciais participativos, incorporados no discurso e nos documentos da organização a partir de 1985.

A posição intermediária significaria posição de indefinição e que reflete a falta de coerência do entrevistado diante de afirmativas com racionalidades diferentes.

As questões difusionistas receberam ordem crescente, atribuindo à opção A o valor equivalente a um e, nas participativas, imputou-se à opção A a equivalência a cinco, ou seja, as questões deste tipo receberam uma ordem decrescente.

Através da análise das correlações do escore de cada pessoa, via referência ao escore de cada item, com o escore geral (calculado a partir da somatória dos itens respondidos por todas as pessoas da prova ao acaso), obtiveram-se os resultados da pesquisa, com relação à opinião dos extensionistas sobre a ideologia e as racionalidades socializadas pela organização.

Na parte de identificação procedeu-se a uma separação entre os participantes particularizados em grupos das seguintes variáveis: idade, tipo de trabalho executado, tempo de experiência profissional como extensionista, quantidade de capacitação recebida na empresa e local de realização do curso primário, que poderia indicar alguma vivência efetiva no meio rural.

Estas variáveis de identificação foram escolhidas com a intenção de identificar relações entre estes grupos categorizados e a opinião e disposição quanto às racionalidades demonstradas pela ideologia organizacional.

Assim, expediram-se as correspondências com o questionário auto administrado no mês de março/95 e o prazo para respostas foi dado até abril do mesmo ano.

De um total de 155 correspondências enviadas aos extensionistas de campo, 128 encaminharam pelo correio suas respostas, o que equivale a 82,58% do total do universo de extensionista de campo da superintendência do Sul de Minas, o que pode ser considerado de satisfatória a plenamente satisfatória a representatividade obtida deste universo.

O questionário baseado na escala de Likert, além de ter sido um método de baixo custo, apresentou um índice de respostas alto, porque se pesquisou um grupo relativamente homogêneo de indivíduos, como é o caso dos extensionistas de campo e que, pelos cuidados na confecção dos enunciados, se sentiram à vontade para expressar suas opiniões. Também contribuiu o fato de que os extensionistas são acostumados a responder a vários tipos de documentos, como relatórios e pareceres.

No apelo que foi direcionado aos participantes para contribuir com o trabalho, sugeriu-se que além das respostas padronizadas poder-se-ia também escrever no próprio questionário opiniões livres, críticas e sugestões pessoais. Esta forma de participação foi utilizada pelos pesquisados e contribuiu com aspectos qualitativos nas conclusões deste trabalho.

4 O MUNDO DO SISTEMA SIBRATER/EMATER-MG.

A seguir, inicia-se uma descrição análítica com os resultados da pesquisa a partir dos documentos disponíveis.

O conhecimento da história e da evolução da organização revela a existência de ideologias diferentes nos documentos e nos discursos dos seus dirigentes. O que se procura são as diferentes racionalidades utilizadas pela organização e que justificam a ação extensionista, dentro do processo histórico brasileiro.

4.1 Fases organizacionais

Após seu ingresso no serviço de extensão, o profissional recebe uma capacitação inicial, onde a organização expõe suas políticas, suas diretrizes de trabalho e sua ideologia institucional. Durante sua vida profissional, recebe novas capacitações sempre que há necessidade de aperfeiçoamento em tecnologias agropecuárias e gerenciais, em comunicação e metodologia, em associativismo rural ou informações sobre novas políticas institucionais, que veiculam a ideologia e a racionalidade da organização.

4.1.1 Fase Clássica ou Rogeriana

A implantação de uma mentalidade extensionista no Brasil deve-se, em grande parte, ao trabalho pioneiro desenvolvido pela ACAR-MG.

A organização originou-se a partir da idéia de uma síntese entre o Cooperative Extension Service, com sua difusão de tecnologia e participação não

conflituosa e o Farm Security Administration, com o crédito supervisionado, ambas as experiências desenvolvidas nos E.U.A. (Oliveira 1987). Esta síntese foi realizada em um período histórico em que o mundo estava dividido entre as esferas de influência capitalista e comunista.

O interesse do governo americano, quando patrocina a criação da extensão rural nos países subdesenvolvidos, tem suas razões à partir das necessidades geradas no contexto do capitalismo mundial no pós-guerra, portanto, as diretrizes que orientaram a política externa dos E.U.A. tinham suas origens nos interesses, políticos e econômicos do próprio governo e das grandes empresas americanas. Visavam a substituição da hegemonia dos países europeus, arrasados pela guerra, e barrar a expansão das influências oriundas dos países comunistas ou socialistas (Fonseca 1985).

Os resultados obtidos pelas experiências realizadas em São Paulo e Minas naquela época foram de tal modo convincentes que despertaram interesses de grupos de autoridades brasileiras, para ver essa organização reproduzida em outras regiões do país (Fonseca 1985).

A história da extensão, oficialmente, passa a ser nacional, em 1956, com a criação da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). Esta organização surgiu com a missão de evitar a possibilidade de que alguma associada viesse a se afastar dos princípios filosóficos que deveriam orientar o desejado trabalho da extensão, ou mesmo que algum desses serviços pudesse vir a fracassar, por falta de recursos financeiros (EMBRATER 1975 e 1984 a).

Os referenciais teórico-metodológicos em que se baseavam as ações de desenvolvimento, neste período, foram considerados por Hayami e Ruttan (1988) como um "modelo de difusão", onde o caminho para o desenvolvimento agrícola realizar-se-ia através da disseminação mais efetiva do conhecimento técnico e de diminuição da dispersão na produtividade entre produtores individuais e entre regiões.

A tecnologia recomendada, baseada nos "insumos modernos", foi aquela que deveria propiciar o desenvolvimento de variedades de cereais de alta produtividade, apropriadas aos trópicos. As variedades trigo e milho foram desenvolvidas no México, começando nos anos 50, e de arroz, nas Filipinas, nos anos 60. Estas variedades

respondiam favoravelmente à aplicação de insumos industriais, tais como fertilizantes e outras substâncias químicas, e ao manuseio mais eficiente do solo e da água. O impacto na produção e na renda agrícola foi dramático a ponto do modelo ser chamado de "revolução verde" (Hayami e Ruttan 1988).

Neste primeiro momento, doravante denominado clássico, a socialização de extensionistas era entendida como um processo pelo qual repassavam-se os valores, as diretrizes, as normas e os padrões de comportamento desejados pela organização para os pequenos produtores. Assim o processo educativo teria como suporte o crédito subsidiado e como instrumentos a difusão de tecnologia e o assistencialismo social (Oliveira 1988).

A extensão, desde então, desenvolveu sua ação no sentido de mudanças de comportamentos, hábitos, atitudes e habilidades, sem uma visão crítica da realidade, que possibilitaria sua melhor adequação às condições nacionais, com suas múltiplas características sócio-econômicas. O objetivo geral da organização foi definido como sendo de assistência técnica às famílias do interior, com o suporte do crédito supervisionado e de assistência social à família. Na realidade, seu objetivo maior inseria-se na perspectiva da teoria de impulsionar a modernidade, através de uma equipe de campo, oferecendo treinamentos em áreas de associativismo, agronomia, veterinária, dentre outros. Tudo de acordo com a orientação ideológica da extensão americana que se baseava na lógica da ação teleológica, conforme a tradição liberal, onde as decisões são tomadas sem a participação dos principais agentes da ação. Desta forma, nada se questiona e o técnico extensionista deveria apenas se preocupar com o valor da tecnologia, criando entre os pequenos e médios produtores rurais a ilusão de participação em um processo de mudanças que, na realidade, contribuiu para sua pouca ou nula participação no processo decisório da sociedade global (Gurgel 1986).

Com a criação da ABCAR, ficou evidenciado um movimento centralizador da extensão tão intenso que permitiu a elaboração, em 1960, do primeiro plano diretor quinquenal (1961-65) do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural (Oliveira 1988).

Este plano, escrito sem qualquer participação de produtores, foi apresentado e aprovado pelo presidente Jânio Quadros. Daí em diante, os extensionistas

passaram a seguir as orientações economicistas dos governos federal e estaduais, comprometidos em fazer a agricultura realizar o seu papel no desenvolvimento nacional, ou seja, produção de matérias-primas e alimentos a baixo custo e aumento de consumo de insumos, maquinarias e tecnologia. A ação desenvolvida passou a ser simplesmente disseminar as técnicas agrícolas modernas, sem nenhuma relação com um processo realmente educativo (Figueiredo 1986 e Fonseca 1985).

A ABCAR, órgão central do Sistema, atuava no território nacional, através de uma rede de serviços estaduais de Extensão de atuação direta com o público. Exercia um papel de órgão normativo, de coordenação e de captação de recursos na área federal. Tanto a ABCAR quanto as filiadas estaduais eram sociedades civis, sem fins lucrativos. O sistema funcionava em regime de cooperação, cabendo 60% do seu custeio ao governo federal e 40% aos governos estaduais, municipais e entidades privadas (Oliveira 1988).

A "mudança social" se daria a partir da introdução de novas técnicas. Aprimoraram-se as metodologias, criaram-se novas e mais abrangentes, como as campanhas, mas mesmo assim as respostas não estavam à altura das exigências do polo dinâmico da economia, o setor industrial. Ao advento da industrialização do campo, a partir de 1965, vem somar-se à extensão mais um instrumento de política pública: o crédito rural subsidiado e para sua implantação houve a contribuição de especialistas das organizações de extensão (Caporal 1991). Assim, o setor agrícola passou a contar com a ação do Estado, para a viabilização do processo de modernização tecnológica. A agricultura é colocada no âmbito das políticas estratégicas e o modelo difusionista, adotado pela extensão rural, se transforma no principal instrumento destas políticas (Fonseca 1985).

Ao pequeno produtor foi idealizado o papel de assegurar o emprego da mão-de-obra, evitar o êxodo rural e propiciar as condições para a estabilidade do sistema. Porém, como se constata na atualidade, isto não ocorreu na proporção que se esperava e milhões de brasileiros passaram da condição de pequenos produtores rurais para a de exército de mão-de-obra do setor industrial.

A participação no processo de planejamento e execução das atividades era uma fonte de controle e integração ideológica da população rural envolvida no

trabalho da extensão, ou mesmo daqueles que não são diretamente envolvido, mas são alvo de suas mudanças (como o público consumidor, por exemplo). Desta maneira, salvo exceções, a ação extensionista significava a cooptação das famílias rurais para a adesão aos programas e projetos gerados pela organização, os quais raramente contavam com a participação de extensionistas de campo na criação e dimensionamento, embora fossem os encarregados da execução, ou seja, convencer os produtores e suas organizações da "bondade" de tais programas e projetos, "educando-os" para a aderência aos mesmos (Caporal 1991).

A missão, neste período, é difundir tecnologia agropecuária e gerencial para os produtores rurais visando aumentar o produto e a produtividade da agropecuária. Este objetivo, por sua vez, é decorrente dos objetivos explicitados pelas políticas governamentais (EMBRATER 1984a).

Com o regime militar, a partir de 1964, a organização passa por transformações que a tornam mais centralizadora e favorável a tese de capitalização do campo, com o crédito rural sendo concedido preferencialmente para as empresas rurais, para que estas pudessem adquirir mais insumos e conseguir produtividade na produção de matérias primas, além de manter baixo o custo da alimentação para o assalariado urbano.

Assim, o pequeno produtor foi aos poucos deixando de ser alvo do trabalho extensionista, neste período. A atenção passaria a ser com médios e grandes produtores e a própria organização passa por uma profunda mudança.

4.1.2 O Produtivismo-Humanismo Sistêmico

A sucessão da ABCAR e suas filiadas, associações civis sem fins lucrativos, pela EMBRATER e as empresas públicas associadas, EMATER (s), significou mais uma modificação formal do que substantiva.

O único aspecto diferencial que merece ser citado é que na administração da ABCAR havia uma salutar cogestão das suas filiadas; já com a EMBRATER, esta prática foi substituída pela gestão centralizada em Brasília,

deslocando-se de suas associadas a quem pretendeu coordenar imperialmente. A submissão ao setor público, através do alinhamento estreito com as diretrizes do projeto de desenvolvimento, era obrigatória naqueles tempos (Oliveira1987).

A EMBRATER foi criada no dia seis de novembro de 1974, pela Lei nº 6126, após a criação da EMBRAPA. A pesquisa elaboraria os pacotes tecnológicos e a extensão se incumbiria de difundí-los juntos aos produtores rurais.

Esta missão é decorrente das limitações do modelo de difusão clássico para o planejamento do desenvolvimento agrícola, que se tornaram mais evidentes. Isto se deu porque os programas de assistência técnica e de desenvolvimento rural, baseados nessa racionalidade, foram incapazes de modernizar a maioria das propriedades tradicionais e muito menos propiciar condições para o aparecimento de novos tipos de propriedade ou mesmo acelerar as taxas de crescimento do produto agrícola (Fonseca, 1985).

Na opinião de Shultz, citado por Hayami e Ruttan (1988), a chave para transformar um setor tradicional numa fonte produtiva de crescimento econômico é o investimento, para tornar os insumos modernos disponíveis aos agricultores. Pode-se chamar, segundo Hayami, este ponto de vista de "modelo de insumos modernos".

Assim, a organização extensionista passa a seguir uma fase que será denominada de "produtivista-humanista" e que tem semelhanças com o modelo de insumos modernos de Hayami. A discussão sobre a "neutralidade" da tecnologia moderna somente seria colocada em avaliações posteriores a este período. Assim, justificou-se a criação da organização, através da estatização de uma estrutura organizacional de caráter privado mas, que dependia do Estado para desenvolver suas atividades. A EMBRATER marca o início do período produtivista, que servia aos interesses dos dirigentes daquela época. A ABCAR patrocinou, em 1971, duas avaliações: uma do impacto econômico da extensão nas propriedades assistidas, e outra do impacto das atividades de bem estar social fornecendo, assim, material teórico-prático para a nova organização se constituir (EMBRATER 1975 e 1984a).

A configuração institucional da EMBRATER é de natureza empresarial, compatibilizando-se com o seu caráter público de instrumento específico do Ministério da Agricultura e sua função coordenadora abrange não somente as empresas estaduais,

que a ela se associam, mas também, as demais instituições públicas e privadas que com ela desenvolvem ações cooperativas de assistência técnica e extensão rural (EMBRATER 1985).

A racionalidade da estrutura da organização tem muito a ver com a teoria de comunicação difusionista, pois o sistema foi composto por vinte e cinco empresas estaduais e uma federal. Estas organizações estaduais executariam as funções e tarefas determinadas pela organização federal, daí o caráter de dominação manifesto pela relação que se estabeleceu entre cada uma das associadas e a EMBRATER, pois não havia uma gestão descentralizada. As associadas não tinham ascendência sobre a EMBRATER; elas eram os componentes isomorfos que trabalhavam em série, ou seja, quase nunca um componente depende de uma resposta parcializada de outro componente para produzir a resposta final do sistema (Oliveira 1988).

A premissa do racionalismo instrumental, de soluções técnico-científicas para problemas sociais, suplanta discussões políticas e legítima a si próprio como a mais alta forma de racionalidade e influenciou na escolha do público a ser assistido pela extensão, como aqueles cujas propriedades fossem capazes de dar respostas rápidas e econômicas aos esforços de transferência de tecnologia (EMBRATER 1975).

Além da substituição das técnicas de produção, a extensão teria que ir mais longe, pois deveria também substituir hábitos e costumes, visando a transformação de uma economia com fortes traços camponeses, em uma outra, onde as características marcantes fossem capitalistas. Teoricamente, a hegemonia do modo de produção capitalista implica na sujeição ou eliminação do pequeno produtor descapitalizado. Portanto, aqueles que conseguissem capitalizar e passar a gerenciar suas propriedades com a racionalidade desejada garantiriam a instalação do sistema, mas aqueles que não conseguissem adequar-se seriam considerados resistentes ou preguiçosos, enfim, "irracionais".

Caporal (1991) constata que os próprios extensionistas, consciente ou inconscientemente, estabeleceram limites entre o desejado pela organização e o que ocorria na prática. Estes limites decorrem especialmente da racionalidade de cada um e dos valores que orientam o modo de ver, de pensar e agir em seu próprio mundo. A

maioria dos extensionistas de campo decide segundo as orientações da ideologia e da racionalidade dominante na organização e nos chefes, supervisores e assessores.

Nos dias de hoje esta constatação ainda pode ser considerada verdadeira, mas já se tem indícios de maior questionamento sobre as diretrizes de trabalho entre os extensionistas de campo.

A baixa produtividade agrícola seria resolvida com a adoção de modernas técnicas e o agricultor deveria ser convencido das vantagens oferecidas pelos pacotes tecnológicos. As técnicas tradicionais utilizadas pelos agricultores, seu comportamento perante as inovações e a baixa capitalização seriam resolvidos através do serviço de extensão, com as novas tecnologias, com uma metodologia eficaz de transferência (difusionismo) e com a adoção do crédito rural (Oliveira 1988). Porém, o crédito rural neste período era escasso e direcionado para as empresas rurais. Pequenos produtores descapitalizados não tinham acesso, com exceção daqueles que residiam em áreas de projetos especiais principalmente, nas regiões Norte e Nordeste.

As metas que abririam caminho para a implantação do objetivo pretendido tinham como proposição básica difundir informações e conhecimentos, que aumentassem a capacidade do pequeno produtor em tomar decisões adequadas sobre o que comprar, o que produzir, como produzir, como comercializar, o que consumir, como se organizar e como viver (EMBRATER 1984a).

Para isto, a extensão deveria ser eficaz, induzindo mudanças no comportamento do pequeno produtor rural para que este pudesse tornar sua administração mais racional.

Ao mesmo tempo conceitua-se o extensionista como um agente de mudanças e, como tal, precisa ser competente, não só na área de conhecimentos técnicos que deveriam ser difundidos, como também na área de conhecimentos que o tornaria um educador, ou seja, o extensionista tem uma atividade educativa, executada através da difusão de sua mensagem (Ribeiro 1984).

Desta forma, concebe-se a organização como instrumento de intervenção no meio rural visando tanto a expansão do capitalismo no campo, através da transferência de tecnologia, como a capacitação de seu público-meta para a adoção desta tecnologia.

Como obra da tecnocracia estatal, a EMBRATER reflete sua racionalidade instrumental, mesmo quando utiliza práticas que estimulavam a participação, como ocorreu a partir de meados da década de 70. As ações transformavam a pretendida participação em cooptação, através de uma intervenção que poderia ser caracterizada, segundo Alencar (1990), de tutorial.

A ação de intervenção desenvolvida pela EMBRATER deu-se através da sua ação normatizadora e controladora das diversas EMATER (s) estaduais. Estas é que realizavam a intervenção junto à população. À EMBRATER cabia o papel de pensar a intervenção e às EMATER(s) o papel de executá-la. Assemelha-se à tática taylorista de separar quem pensa de quem executa.

A estratégia adotada para a transformação do meio rural é expressa em novos marcos de referência para a organização, onde tem-se a ênfase na incorporação de novos e amplos segmentos da população ao mercado interno, com a gradual formação do consumo em massa, para viabilização do crescente parque industrial (EMBRATER 1975).

O objetivo teórico era fortalecer uma classe de pequenos e médios produtores rurais, através da adoção de novas técnicas, capacitando-os para assim poderem manter uma produção que atendesse o mercado interno, tanto de matérias-primas para as agroindústrias de processamento, como de alimentos para baratear o custo de alimentação, além de excedentes para exportação. Contudo, na prática os resultados comprovam que este objetivo atingiu pequena parcela destes produtores.

Este objetivo cumpriria o papel definido para a instituição, pois ao mesmo tempo que o produtor passa a melhorar seu padrão de vida, também outras categorias poderiam se desenvolver, como dos assalariados, dos empresários das agroindústrias a montante e a jusante, dentre outras. Porém, na verdade contribuiu para a concentração da renda e da propriedade. A concepção institucional da EMBRATER incorpora algumas premissas básicas que a seguir comenta-se.

A caracterização da ação como eminentemente educativa, que utiliza uma metodologia apropriada e diversificada, sempre no sentido de que os produtores possam administrar suas propriedades de forma mais racional, passando assim a se

comportarem como empresários, garantindo a estabilidade necessária para a expansão do modelo econômico implantado.

Um princípio básico era de que o trabalho de extensão rural deveria basear-se nas condições existentes. Isto implicava em conhecimento da realidade. Este princípio foi, talvez, o que menos foi alcançado pelos extensionistas, pois o diagnóstico de campo não permitia muita compreensão da realidade. Porém, também os extensionistas, em sua maioria, não detinham conhecimentos que permitissem uma interpretação das causas dos problemas concretos do produtor, tanto os de ordem administrativa, quanto os de origem sócio-econômica. Portanto, este princípio básico essencial não foi inteiramente seguido.

Outro princípio básico é que o trabalho da extensão deveria envolver o povo em ações que promovessem o seu bem-estar. Há necessidade de participação local e, para tanto, é preciso que exista envolvimento do povo, tanto nas ações de programação, nas de desenvolvimento do programa, como nas de sua avaliação, Ribeiro (1984). O conceito fundamental aqui é participação, e poucos extensionistas tiveram a oportunidade de estudar as formas de participação e por isso acreditavam estar promovendo-a, mas na realidade a maioria estava induzindo um tipo de comportamento.

Ficou conhecida a situação onde a comunidade era animada, todos participavam das reuniões e do trabalho grupal, mas com a saída do extensionista tudo terminava, de onde se percebe que a participação que havia não era verdadeira; o que o extensionista difusionista praticava (muitas vezes alienadamente) era a cooptação para a execução de um programa baseado no diagnóstico de carência.

Também, neste período, tem-se ênfase no cooperativismo, como forma de organização social capaz de contribuir com o processo de transferência de tecnologia e evitar o surgimento de outras formas de associativismo mais questionadoras.

Assim, a postura racional era de que extensionista teria o papel do assistente social, com forte referencial paternalista e caricaturado, onde o agricultor era o carente e o extensionista o provedor das soluções. As ações paternalistas eram bastante diversificadas e incluíam a transferência de tecnologia, valores e costumes do

mundo urbano-industrial, considerados como modelo de desenvolvimento, para o mundo subdesenvolvido do agricultor.

Um terceiro princípio era que o trabalho da extensão deveria usar métodos democráticos, deveria haver envolvimento do produtor para a participação em lugar da imposição. Dever-se-ia trabalhar dividindo as responsabilidades com os integrantes das comunidades, incluindo-os nas ações do programa (EMBRATER 1984a).

Este princípio é intrínseco ao anterior, pois, usar métodos democráticos exige uma postura dialógica. Contudo, a postura que o sistema mais utilizou, em sua existência, foi a postura metodológica difusionista. É verdade que dentro da instituição houve, também, muita discussão com relação ao processo metodológico, mas a opinião que prevaleceu foi a mais adequada aos interesses da racionalidade difusionista que prevalecia na organização naquele período.

Não se necessita ir mais além para compreender que a idéia era que o produtor não detinha conhecimentos apropriados, e a extensão deveria propiciar estes conhecimentos. Os "líderes" são os produtores que adotam a tecnologia transmitida e que concordam em influenciar os seus vizinhos, motivando-os a agir de maneira igual, ou seja, com responsabilidade e com a racionalidade administrativa apropriada para o desenvolvimento de suas propriedades e do sistema econômico.

A complexidade do meio rural determinou que os conhecimentos a serem transferidos pela EMBRATER se diferenciasssem, em face das características do público assistido, ou seja, existem os produtores já capacitados a administrar suas propriedades, de acordo com a racionalidade do sistema de produção capitalista, e a maioria, chamada de "baixa renda", necessitando de uma ação que se estendesse além dos aspectos agro-econômicos, pois existem sérias limitações à expansão de sua capacidade de produção, localizadas fora destas áreas (EMBRATER 1975).

Os extensionistas aprenderam a metodologia adequada aos objetivos desenvolvimentistas do sistema e os questionamentos eram limitados, ou seja, a teoria e as explicações poderiam ser buscadas nos manuais. Questões subjetivas, oriundas da personalidade, poderiam ser destituídas de racionalidade e apenas atrapalhariam o treinamento. Esta postura era também reproduzida pela maioria dos extensionistas em seu trabalho junto aos agricultores. Sómente o que era racional, objetivo e adequado

aos fins pretendidos era levado em consideração; tudo que não servisse a este propósito era habilmente escamoteado.

Quanto ao processo de difusão, ocorre a incorporação do modelo sistêmico, onde uma inovação, para ser bem sucedida, deve considerar as circunstâncias econômicas do adotador, ou então mudá-las, para que a inovação seja aceita (Rogers e Shuemaker 1971).

A partir de 1974, o conceito de participação começa a surgir nos discursos e nos documentos da organização. Segundo Pinto, citado por Alves (1991), isto se deve ao crescimento do movimento popular, ameaçando a hegemonia do sistema autoritário. Assim, tornou-se necessário uma "apropriação" da participação que surge como processo de lutas por democracia e maior equidade sócio-econômica, para transformá-la em uma ação tutorial (Alencar 1990).

Em consequência do modelo de modernização conservadora adotado pelos governos militares, a extensão rural, no seu campo e a seu modo, contribuiu para o processo de concentração da renda, da riqueza e do poder que se desenvolveu na sociedade brasileira (Oliveira 1987).

Acompanhando a EMBRATER, a EMATER-MG iniciou um processo de sistematização e especialização de sua ação, visando a ampliação do número de produtores adotadores de inovações tecnológicas.

A finalidade da empresa era planejar, executar e avaliar os programas de assistência técnica e extensão rural no Estado e para isto era concebida como um sistema social para produzir resultados.

Os clientes da empresa constituíam o sistema mais importante em seu ambiente, pois seus resultados dependiam da forma como ela interagiu com este subsistema, que além de indivíduos isolados, também era constituído por estruturas formais: associações, sindicatos, cooperativas, etc.

Desta forma, a demanda presumida era tecnologia e esta deveria ter a máxima abrangência e com a melhor qualidade possível. Para isto era necessário um processo de difusão, de onde o modelo operacional com enfoque sistêmico, como preconizado pela EMBRATER. No caso, a difusão de tecnologia agropecuária e

gerencial se constitui no produto final da organização, tomando as outras ações coadjuvantes e de apoio.

O público (médios e grandes produtores rurais) utilizava-se da assistência da organização e do crédito rural para comprar os insumos, equipamentos e demais tecnologias modernas. Este mesmo crédito financiava parcialmente o custo do trabalho executado pela organização.

Com a desobrigação, do Banco Central, da assistência técnica aos projetos de crédito rural, a elevação dos juros, a retirada dos subsídios aos juros e a aceleração da inflação, ocorreu o abandono desse instrumento (que marcou o trabalho da extensão e dos extensionistas) e provocou transformações no modo de atuar da organização (Resende 1990).

Sem o crédito supervisionado o ambiente da organização passa a exigir métodos mais elaborados, pois os riscos das operações econômicas no meio rural são elevados, quando comparados com o risco das operações econômicas dos demais setores da economia (EMBRATER 1984b).

Como as organizações garantem a sua sobrevivência na medida em que respondem, eficazmente, às solicitações e carências do ambiente em que militam, a organização sofre mudanças no seu referencial teórico-metodológico.

Assim, as organizações extensionista EMATER-MG E EMBRATER, seguindo as determinações superiores, começam a utilizar um discurso participativo, buscando legitimação para suas ações na realidade do "mundo da vida". Este debate interno proporciona condições para práticas objetivamente participativas, e este espaço acabou transformando as diretrizes organizacionais, marcando assim o declínio da fase "produtivista-humanista" e o início da fase denominada neste trabalho de "participativa".

4.1.3 A ação participativa da extensão na Nova República

No início da década de 80, a crise provocada pelo projeto desenvolvimentista do regime militar, sem bases populares e fortemente comprometido com os objetivos capitalistas, leva à descompressão política gradual. A "distensão" do

governo Figueiredo é oriunda das dificuldades sociais, políticas e econômicas, que explicitavam as contradições do processo de desenvolvimento imposto à sociedade. Assim, a utilização do caráter pedagógico-político da ação extensionista como instrumento de expansão da lógica capitalista no meio rural ficou evidenciada nos momentos mais importantes dessa prática (Fonseca, 1985).

O serviço de extensão rural sofreu uma transformação significativa à partir de 1985, no início da Nova República. Uma mudança do enfoque metodológico da extensão rural é implementada.

Com a experiência desenvolvida pela Política de Capacitação Extensionista, tem-se um novo momento para análise. A EMBRATER patrocinava a ação extensionista comprometida com a lógica de expansão do capitalismo, mas o período de 1985 a 1990 mostra uma diferenciação: aparece o "desvendamento" das contradições que impedem um desenvolvimento com maior equidade econômica e social (Figueiredo, 1986).

Os extensionistas que defendiam modificações profundas na atuação da organização propunham colocar o serviço abertamente a favor da maioria da população, democratizando seus procedimentos e resgatando sua característica de empresa pública comprometida com o desenvolvimento rural e com a melhoria efetiva da qualidade de vida no meio rural (Dias, 1991).

As críticas à atuação dos extensionistas referiam-se principalmente, à excessiva permanência nos escritórios e à pouca vivência no meio rural. A visita ao campo invariavelmente tinha uma característica fiscalizadora, devido aos projetos agrícolas serem de responsabilidade do extensionista e a execução de responsabilidade do produtor.

A matriz teórica, utilizada para desenvolver o tema da participação, estava mais para a área da ação comunitária do que para o enfoque crítico de uma sociedade capitalista, com suas contradições. Em várias propostas do ato cooperativo, a auto-gestão aparece como forma de instrumentalização grupal (Oliveira, 1988).

A maioria dos profissionais que exercem a função de supervisão, acompanhamento e controle em organizações públicas, como a extensão rural, tem qualificações profissionais na área de ciências agrárias. Poucos desenvolveram

qualificações que permitiriam conhecimentos em educação popular, que possibilitariam maior participação nas relações profissionais.

Este fato influenciou na decisão de socialização de processos pedagógicos que permitissem a compreensão da dimensão política da ação educativa dos extensionistas, principalmente no campo.

Pode-se entender a extensão rural como uma organização "eminentemente educativa" para o capital, segundo Fonseca (1985), ou podemos considerar outro tipo de concepção para e seu papel onde a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos que buscam a significação dos significados (Freire 1975).

Nesta perspectiva, a participação é construída a partir do diálogo problematizador onde os sujeitos encontrariam consensos sobre os objetivos e os meios adequados a cada situação concreta podendo, a qualquer momento, parar ou redirecionar as ações. Os participantes, através do diálogo, iriam construindo o saber de fundo necessário para o entendimento. Com este entendimento das situações que se apresentam no cotidiano, os participantes procurariam se auto capacitar para cada vez mais poderem participar nas definições sócio-econômicas e políticas que definem e controlam as relações sociais no mundo da vida (Falkembach e Belato 1986).

Este processo organizacional de capacitação, tinha como meta basicamente preparar o profissional para dialogar com todos os sujeitos responsáveis, direta ou indiretamente, para com o desenvolvimento rural. Iniciou-se, na prática, com a criação de um novo cargo no quadro funcional das EMATER (s), que foi o do coordenador pedagógico. Este responsabilizava-se por provocar e acompanhar a mudança do enfoque da ação na prática (EMBRATER 1987).

Este novo enfoque para a ação extensionista foi discutido durante alguns eventos de capacitação dentro do novo processo de socialização da ex-EMBRATER, propiciando uma transformação (pelo menos teoricamente) no quadro paradigmático que norteava esta ação, com o intuito de transformar a ação tradicional em uma ação participativa, onde o diálogo problematizador substituiria a indução.

A capacitação oferecida aos "coordenadores-pedagógicos" era objetivada a criar espaço para a compreensão de temas fundamentais para a formação

de um referencial teórico-metodológico tendente para a ampliação do espaço de participação.

O trabalho do extensionista com os agricultores, suas famílias e suas entidades de representação constitui um processo educativo. Existem, no entanto, duas concepções básicas de processo educativo: a primeira entende que a educação se destina a transmitir ou difundir conhecimentos, valores e normas de conduta ou de conhecimentos das gerações passadas às atuais, para adaptá-las à sociedade; para a segunda, o significado de educação é mais amplo e inclui a perspectiva de desalienação (EMBRATER 1987).

A tecnologia agropecuária e gerencial passaria a ser fator de diálogo entre extensionistas preparados pedagogicamente e seu público. Não deveria haver imposição. As tecnologias consideradas alternativas às modernas passariam a ser mais indicadas para os pequenos produtores.

A administração das informações, que passariam a fundamentar uma nova ação extensionista, foi realizada através de cursos de formação para os "coordenadores pedagógicos". Nestes cursos, professores universitários coordenavam os debates que ocorriam após a exposição teórica de seus temas, que se referiam, dentre outros, à pequena produção, ao planejamento participativo, à teoria e ao funcionamento do Estado, da sociedade e suas contradições (Bressan 1986).

A realidade política e a crise de recursos neste período impediram um maior número de eventos de capacitação dessa natureza, que foram importantes e certamente estão entre os fatos causadores da extinção da EMBRATER.

Na EMATER-MG, estudos apontavam posições diferenciadas nas representações manifestadas por extensionistas de campo. Estas posições ou posturas variavam com diferenciações entre aqueles extensionistas que se consideravam os donos da verdade sobre tecnologias (difusionistas), até àqueles que procuravam o diálogo e que percebiam o camponês como um ser humano integral e a realidade com senso crítico (Marangon 1980 e EMATER 1980), e que, neste trabalho denominam-se de participativos.

Percebe-se a tendência à metodologia participativa e a preocupação com as habilidades do extensionista como educador-educando.

A metodologia de trabalho passaria a incentivar maior participação do produtor e de suas organizações, numa postura dialógica, substituindo a postura difusionista e burocratizada, que se preocupava mais com o aumento do número de produtores assistidos do que com os reais problemas do setor.

Alguns dirigentes da organização, nesse período, estabeleceram diretrizes organizacionais e discursavam de modo a acelerar o processo de democratização e o diálogo dentro e fora da organização. As teorias que fundamentam a comunicação difusionista são substituídas por teorias que favorecem a participação nos planejamentos e a comunicação humanizadora (EMBRATER 1985 e Friedrich 1988).

Nesta nova racionalidade, o conhecimento da realidade seria um processo no qual os sujeitos construiriam um fundamento para os fatos, conceitos, argumentos ou discursos. Esta fundamentação constituiria o "pano de fundo", comum a todos, e que possibilitaria o reconhecimento das pretensões de validade de cada intervenção em sua realidade. O diálogo problematizador buscaria entendimento sobre as causas dos fenômenos e não se contentaria com explicações superficiais que não poderiam ser comprovadas ou compreendidas dentro desta perspectiva. Um termo que se utilizava constantemente nos eventos de capacitação era o "desvendamento" da realidade, ou seja, a explicitação das causas dos fenômenos que afetavam a vida dos participantes, de acordo com as premissas de educação popular, segundo Freire (1975), e aproximando-se do que Habermas (1987), denomina de ação comunicativa.

A ação da extensão rural seria essencialmente democrática, voltando-se prioritariamente a aspirações, problemas e necessidades da maior parte da população rural: pequenos agricultores proprietários, os jovens sem perspectivas futuras, a mulher marginalizada, os agricultores sem terra, enfim, os historicamente não privilegiados.

Esta ação, que seria substancialmente participativa, relacionar-se-ia com a realidade do meio rural em que estaria inserida (com suas contradições, injustiças e problemas) de uma forma conjunta com a população rural, identificando nesta relação os problemas agrários e, paralelamente, buscando, igualmente de maneira conjunta (produtor e extensionista), soluções alternativas a estes problemas de forma educativa e conscientizadora.

Os processos de treinamento e capacitação deveriam deixar de ser simplesmente aprendizado de novas tecnologias para se transformarem em ação educativa. Deveriam proporcionar meios para a transformação da realidade, não somente entendidos como habilidades e destrezas físicas, mas também, intelectuais. O ponto de partida da prática pedagógica não é a realidade ou o problema, mas a representação desta realidade na consciência e ela visa a transformação dessas representações para que possa alterar a conduta individual na prática cotidiana, ou seja, ninguém vai mudar sua conduta se não mudar sua visão de mundo, sua representação da realidade (Pinto, citado por Alves 1991).

Neste período, a operação desmonte patrocinada pelo discurso neoliberal foi uma grave ameaça a EMBRATER. Sobre ela pesavam graves acusações: de um lado era considerada um reduto do tecnoburocratismo, sem funções de relevância e que poderia ter suas funções executadas no âmbito do Ministério da Agricultura; por outro, mais radical, suas funções difusionistas deveriam ser de competência da iniciativa privada, outro ainda, ligado aos setores mais à esquerda que criticavam a orientação teórico-metodológica adotada (Dias 1991).

Apesar de estar em processo de mudanças em suas diretrizes, a organização foi extinta no início do governo Collor. O motivo alegado foi o de redução da máquina burocrática federal e das poucas respostas que a organização estaria proporcionando ao processo de desenvolvimento rural. Porém, com o desaparecimento da EMBRATER, ocorre nova fase na evolução da extensão, agora incorporada à EMBRAPA.

4.1.4 A busca da qualidade através da ação estratégica

Com a extinção da EMBRATER, a coordenação do SIBRATER passa a ser atividade da EMBRAPA (Decreto Presidencial nº 99.916, de 1990). A intenção expressa era de que a pesquisa e a extensão deveriam ter uma única coordenação, mesmos objetivos e mesma metodologia, para facilitar atividades complementares entre si e essenciais ao desenvolvimento do setor agropecuário, segundo está expresso no

Plano de Ação Estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SER), criada especialmente para substituir a EMBRATER.

A ação estratégica proposta pelos dirigentes, na ocasião, era decorrente da necessidade de um novo paradigma institucional que pretendia ser uma referência para a construção da base conceitual-metodológica demandada pela perspectiva dominante na matriz de ciência e tecnologia para a agricultura, sendo que, ao sinalizar na direção de prioridades de desenvolvimento, o mercado permite aos agentes econômicos fazer planos que vão influenciar a natureza e a trajetória do desenvolvimento sócio-econômico. Portanto, o mercado tanto empresta sentido ao desenvolvimento sócio-econômico, quanto oferece significado às ações presentes e previsão de situações futuras dos órgãos e instituições responsáveis pela concepção e implementação das intervenções nesse processo (Flores e Silva 1992). Esta premissa torna-se a matriz paradigmática que deveria fundamentar a ação extensionista estratégica.

O plano foi elaborado tendo como referência os dispositivos constitucionais e legais mais recentes sobre a agropecuária nacional, os planos de governo, os objetivos estratégicos da EMBRAPA e um diagnóstico técnico institucional dos serviços de assistência técnica e extensão rural, em praticamente todo o país.

Este diagnóstico evidenciou como problema central a ser resolvido o de que os sistemas de transferência de tecnologia se mostravam incapazes de atender adequadamente às necessidades dos produtores, do meio rural e da sociedade. Também foi diagnosticado o descompasso entre os conhecimentos, tecnologia, equipamentos e processos de trabalho mais eficientes já dominados por instituições de pesquisa e adotados por produtores bem sucedidos, e os conhecimentos que estão ao alcance dos principais usuários (pequenos e médios produtores), em seus respectivos municípios (EMBRAPA 1991).

Para a organização, a maioria dos pequenos produtores não adotam novas técnicas e novos processos. Este fato motiva o seu objetivo central, que é corrigir essa situação em seus âmbitos específicos. Seus programas, projetos e atividades estão diretamente orientados para a eliminação dos principais pontos de estrangulamento identificados no atendimento da demanda dos usuários, clientes e

beneficiários destes serviços. Sua preocupação central é garantir efetividade de custos e eficácia operacional em nível de campo, junto aos produtores e comunidades rurais (EMBRAPA 1991).

Esta nova missão da extensão se materializou em novas diretrizes para a ação. Sem perder de vista a produtividade econômica e a renda das atividades agropecuárias, a organização reforça o processo de geração e transferência de tecnologia, ajustado às necessidades dos agricultores. De acordo com os diversos níveis decisórios de planejamento, a organização se propõe a realizar as ações a seguir comentadas:

Adoção de modelos de supervisão e monitoria baseados em princípios pedagógicos que promovam o crescimento recíproco das pessoas envolvidas no processo; criação de mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação das ações com a participação efetiva do público usuário e autoridades municipais; agregação ao processo de trabalho de meios modernos de planejamento, comunicação e informática, em apoio à modernização e à descentralização administrativa; racionalização e modernização de procedimentos administrativos, visando eliminar rotinas burocráticas e facilitar a coleta, armazenamento e tratamento de informações e relatórios, liberando o técnico para o trabalho mais direto com os produtores (EMBRAPA 1991).

As implicações conceituais adotadas pela organização, neste período, derivam da necessária adequação do processo de geração e transferência de tecnologia ao processo de adoção e suas condicionantes, uma vez que a preocupação social mais relevante é com a incorporação de inovações tecnológicas ao sistema produtivo no menor espaço de tempo possível, após sua criação ou adaptação. Mais adiante, o plano afirma que existem muitas maneiras de se alcançar esse objetivo, mas as mais racionais partem da constatação de que é eficaz e perfeitamente possível orientar os sistemas de geração e transferência de tecnologias para o atendimento da demanda efetiva, presente e/ou prevista, dos usuários das inovações, através de mecanismos automáticos de participação no planejamento e acompanhamento das ações (Flores e Silva 1992). Mecanismos automáticos pressupõem a indução da ação pelo extensionista e sua exata execução pelo produtor.

Os sistemas de transferência de tecnologia, referidos pelo documento, são as diversas EMATER (s) que, no período de 85 a 90, passaram pela experiência de questionar a transferência de tecnologia como instrumento básico de desenvolvimento rural e privilegiar tecnologias obtidas através de métodos e técnicas oriundas de ação participativa (apesar da forte oposição interna e externa sofrida pelos que defendiam esta nova postura).

No plano, que passa a ser um novo marco de referência para a ação extensionista, temos a constatação básica de que, do ponto de vista do desenvolvimento agroeconômico, a tecnologia agropecuária passa a ter valor efetivo apenas a partir do momento em que é incorporada ao processo produtivo, isto é, de sua adoção pelos produtores, sejam eles rurais ou agroindustriais.

A organização assume o papel de expressar, por conseguinte, determinação social e política de dirigir os esforços de geração e transferência de tecnologia para o atendimento prioritário da demanda dos produtores rurais e agroindustriais por conhecimentos técnicos-científicos e inovações tecnológicas (EMBRAPA 1991).

Esta demanda parte daqueles produtores/empresários rurais em processo de capitalização e que possam dar respostas efetivas aos investimentos realizados. Neste caso, aqueles indivíduos ou famílias que já não são mais proprietários, ou proprietários de glebas sem condições mínimas de auto-sustento, teriam dificuldades para adotar tecnologias que aumentem a rentabilidade da propriedade. Portanto, a ação se orienta para este objetivo, que é a transferência de tecnologia. Para que este seja alcançado, o processo de adoção de tecnologia é fundamental e depende de numerosos condicionantes que afetam de forma desigual os produtores. Desta maneira, pode-se afirmar que a eficácia dos sistemas de geração e difusão de tecnologia irá depender diretamente de sua capacidade de colocar à disposição de seus usuários: conhecimentos, técnicos específicos e tecnologia agropecuária que atendam às suas necessidades específicas, definidas em função das condicionantes a que estão submetidas para a adoção de inovações.

No Plano de Ação Estratégica, que expressa o discurso dos planejadores do sistema, temos a conceituação do processo de transferência de tecnologia como o

conjunto de atividades educativas, de apoio e de comunicação que facilitam a adoção de novas técnicas pelos seus usuários. A educação é para facilitar a adoção.

Para Flores e Silva (1992), usuários são aqueles que usam quaisquer produtos e/ou serviços intermediários, quer sejam pagos ou não, dirigidos às suas necessidades diretas de produzir outros bens e serviços, seja para seu próprio consumo ou para o mercado. Por exemplo, produtores rurais são usuários das tecnologias que são geradas e transferidas para eles, para que produzam bens e serviços oriundos do setor, quer eles paguem diretamente por essas tecnologias, quer elas sejam colocadas à sua disposição através de programas especiais financiados por outros meios. Neste contexto a Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SER), em seu Plano de Ação Estratégica, assume o processo de transferência de tecnologia, acima descrito, e avança incluindo as fases de levantamento e identificação de problemas com os produtores, de adaptação e integração de tecnologias aos sistemas de produção vigentes em diferentes locais e tipos de estabelecimento, de disseminação de informações técnico-gerenciais e político-econômicas para a tomada de decisões, de difusão de inovações entre produtores e de avaliação de seus impactos sócio-econômicos e ambientais (EMBRAPA 1991).

A participação dos pequenos produtores no levantamento dos problemas e a do extensionista orientando-se pela adaptação e integração de tecnologias aos sistemas de produção, pela disseminação de informações técnico-gerenciais e político-econômicas, pela difusão de inovações entre produtores e pela avaliação de seus impactos, revela a importância atribuída a cada um dos participantes envolvidos diretamente na ação extensionista.

Pelo exposto, a organização, em sua coordenação nacional das atividades extensionistas, tem semelhanças com a ex-EMBRATER, em sua fase produtivista-humanista, fundamentalmente no que tange à ênfase na transferência de tecnologia, na participação dos produtores usuários apenas no diagnóstico de problemas que bloqueiam a adoção e do assistencialismo aos produtores de baixa renda. A realidade do mundo da vida da sociedade rural é trabalhada exclusivamente com fins de desenvolvimento a partir da adoção de inovações tecnológicas por parte dos produtores que possuam as condições para isto.

A organização desenvolveu suas ações coerentemente com seu objetivo maior de tornar mais eficazes as ações extensionistas, em termos de transferência tecnológica. A natureza da tecnologia transferida, como também a própria transferência em si, não sofrem questionamentos. A tecnologia só cumpre seu papel prático quando é incorporada ao processo produtivo e, para isto, difusão e indução são importantes para o desenvolvimento pretendido segundo as diretrizes da ação extensionista estratégica.

A Secretaria de Extensão Rural foi transferida do âmbito do segundo escalão da EMBRAPA, para o âmbito do segundo escalão no Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, indicando uma maior aproximação com o centro de decisão e passa a ser denominada de DATER (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural).

No caso da EMATER-MG, nesta nova fase da extensão, a tentativa de ampliar a participação dos extensionistas no processo de desenvolvimento rural é expresso em documentação recente da organização. Isto é considerado pelos dirigentes como fundamental: oferecer seus serviços, com a qualidade necessária para sua sobrevivência, num ambiente cada vez mais competitivo e democratizado. A organização entende que a melhoria do nível de qualidade de vida rural pode ser obtida com o aumento da produtividade de seus recursos e incremento de sua renda (EMATER 1994). Assim, nos documentos e discursos da organização, verifica-se a inclusão de conceitos como estratégico e qualidade gerencial em situações concretas de sua interação com o público.

A organização socializa, na atualidade, o Programa de Desenvolvimento Empresarial, que informa a missão da organização, identifica os seus clientes e colaboradores e especifica o estilo empresarial para cada um deles. Caracteriza, também, o estilo, tendo em vista as pessoas e a organização, estabelecendo assim o objetivo estratégico da empresa para o futuro, as macroestratégias e estratégias competitivas, com relação aos clientes produtores rurais, grupos associativos ou agentes financeiros. Para a organização, a ação extensionista tem de contribuir para a disponibilidade de soluções que satisfaçam as necessidades do produtor rural e demais clientes, tendo como referência a qualidade da vida da sociedade mineira e, por

perspectiva, a contribuição do setor agrícola para o desenvolvimento do Estado (EMATER 1994a).

A organização adotou estrutura para adaptar-se rapidamente às mudanças no meio ambiente e de adequar-se à consecução de seus objetivos, onde as unidades terão funções definidas a partir dos resultados que delas se esperam. Para isto, o processo decisório e as atividades administrativas serão descentralizadas, com grau de autonomia administrativa e financeira definido para cada nível hierárquico. As questões estratégicas e as tecnicamente impossíveis de serem delegadas são centralizadas e nada será decidido ou realizado em um nível inferior (EMATER 1994b).

Este programa é constituído por um processo ordenado que visa garantir a maximização das competências gerencial (pessoas e sistemas internos da organização) e empresarial (clientes e mercados) num mecanismo de espiral ascendente ao longo do tempo.

A tendência da organização é maior autonomia em relação a verbas públicas, ou seja, tornar-se descaracterizada como órgão interventor do Estado no desenvolvimento rural, passando a imagem de organização pública capaz de subsistir vendendo seu produto (tecnologias agropecuárias e gerenciais).

A organização necessita, portanto de uma metodologia difusionista, para que os clientes adotem inovações tecnológicas que contribuam para seu próprio desenvolvimento. Isto é claro na definição da filosofia organizacional como crenças, valores e convicções, emanadas pelo topo da empresa, que definem o resultado desejado e direcionam o comportamento da Empresa no seu campo de atuação. Por outro lado, nestes documentos da organização, também existe espaço para o processo educativo e participativo na ação prática extensionista na realidade do meio rural. Questionamentos sobre esta ação exigem uma metodologia participativa. Para a ação extensionista a participação e o diálogo são ferramentas indispensáveis para o sucesso pretendido (EMATER 1994c).

Como observa-se, a organização apresenta em suas diretrizes espaço para ideologias que são antagônicas e conflitantes mas, convivem dialéticamente. Desta forma, pode-se dizer que a ideologia organizacional apresenta as racionalidades difusionista e participativa e que estas se manifestam de acordo com as

pretensões dos dirigentes do sistema e do processo de participação interno conseguido pelos extensionistas.

Portanto, como o DATER (Organização Coordenadora do Sistema) a EMATER-MG apresenta oportunidade para a participação, porém, sem envolvimento direto com questões sociais, como sugeria-se na fase "participativa" da EMBRATER. Assim, os temas considerados polêmicos como os relativos aos produtores sem terras por exemplo, são de responsabilidade direta de outros órgãos e de outras esferas da administração pública.

4.2 As diferenças entre as fases

Pode-se, para fins de estudo, considerar duas posições que polarizam os argumentos: a racionalidade difusionista, aceita por aqueles extensionistas mais identificados com a metodologia tradicional, argumenta que a importância reside no processo de desenvolvimento, através do estímulo à produção e a introdução de melhorias que levariam o agricultor a melhorar sua qualidade de vida. Nesta perspectiva a outra proposta negaria a importância da ciência e levaria os participantes para um infrutífero debate sem bases reais no mundo do sistema. O sistema apresenta as soluções mais racionais para os problemas rurais, através da ação difusionista, ou seja, com bases no "feedback" por parte do público, a organização planeja, levando em consideração as mudanças de comportamento dos clientes. A racionalidade difusionista concebe a comunicação como meio para alcançar o objetivo, através da indução e do convencimento. Para isto, utiliza-se de métodos e técnicas apropriados para a eficiência no trabalho de induzir ações que levam a satisfação dos objetivos do sistema.

A fase produtivista-humanista, marcada pela racionalidade difusionista onde se necessita sistematizar as ações previamente para o atingimento dos fins pretendidos, não se adequa a uma postura baseada na ação comunicativa. Na difusão, o ato da fala é direcionado para o convencimento da validade do falante; este é o detentor da verdade e suas pretensões são consideradas apropriadas para o ouvinte, ou receptor. A este cabe aceitar ou rejeitar. Quando ocorre a rejeição, esta se deve a defeitos ou

ruídos na comunicação e o falante, ou emissor, deve corrigir estes defeitos para que a comunicação de suas intenções/pretenções sejam aceitas. Trata-se da instrumentalização da comunicação, onde a racionalidade está no transmitir corretamente e não é decorrente do diálogo problematizador (Freire 1975; Friedrich 1988 e Habermas 1989).

No decorrer do processo de capacitação extensionista, dentro da racionalidade difusionista, o importante era a mensagem a ser transmitida; pouco se discutia sobre o conteúdo e as possíveis consequências da materialização na realidade das intenções constituintes das referidas mensagens.

Por outro lado, na racionalidade participativa, além da mensagem em si, também se deveria questioná-la e apresentar alternativas concretas através de processos e meios dialógicos.

Os extensionistas estariam mais próximos a "realidade-problema" e vivenciariam todo o processo de desvendamento, análise/decisão e resolução ou encaminhamento para solução. O agricultor ganharia aliados capazes de assessorá-lo, principalmente de forma grupal, dentro da perspectiva do mundo vivido, de sua realidade cotidiana, na busca do entendimento sobre as questões que o mantêm à margem do desenvolvimento. Com este novo procedimento, haveria a legitimação da ação extensionista e a evolução dos participantes desta ação, de executores sem comprometimento com objetivos em sujeitos conscientes de seus papéis na resolução de seus problemas, utilizando-se para isto de um referencial teórico-metodológico que privilegie a ação participativa comunicativa.

Nesta proposta participativa, o conhecimento passaria a ser um processo pelo qual os participantes procuram uma fundamentação para os fatos, conceitos e argumentos ou discursos.

Esta fundamentação constituiria o pano de fundo comum a todos e possibilitaria o reconhecimento das pretensões de validade de cada proposta de intervenção em sua realidade. O diálogo problematizador buscaria o entendimento sobre as causas dos fenômenos e não se contentaria com explicações superficiais ou que não se possam comprovar teórica e/ou praticamente.

Um termo que se utilizava constantemente nos eventos de capacitação, como foi visto, era o "desvendamento" da realidade, ou seja, a explicitação das causas dos fenômenos que afetavam a vida dos participantes.

Foi fundamental pensar-se num trabalho de extensão rural que expressasse um compromisso de educação autêntica, na qual extensionistas e agricultores se encontrassem integralmente comprometidos e mediados pelos problemas, injustiças e contradições da realidade que os cerca, buscando soluções alternativas para os seus problemas, baseados numa ação democrática, participativa e principalmente educacional (EMBRATER 1985).

A racionalidade do agente extensionista tem seus fundamentos na sua posição frente aos paradigmas que constituem a ideologia organizacional e existem momentos onde a racionalidade da ação é decorrente de paradigmas voltados para a participação e outros onde a tendência é para a difusão. Os extensionistas têm sua lógica para atuar na realidade e esta lógica se manifesta no seu trabalho (sua ferramenta é o conhecimento) e na sua interação social. Esta ideologia pessoal pode ser crítica e transformadora, ou tradicional, conformista e rotineira. Podendo assim, desvendar ou mascarar a realidade para si próprio e para aqueles que possa influenciar.

Para uma síntese das fases histórico-ideológicas pelas quais passou a organização extensionista, apresenta-se o Quadro 1.

QUADRO 1. Fases históricas e dimensões do trabalho extensionista.

FASES DIMENSÕES	CLÁSSICA - 74	PRODUTIVISTA HUMANISTA 75-84
Tecnologia	Baseada na revolução verde	Moderna e "Neutra"
Comunicação Rural	Difusionista	Difusionista
Realidade Social	Democracia Liberal (Paternalista)	Autoritarismo (Assistencialismo)
Interação Social	Pequenos produtores (Associativismo)	Médios e Grandes (Cooperativismo)
FASES DIMENSÕES	PARTICIPATIVA 85 - 90	ESTRATÉGICA 91 -
Tecnologia	Desmistificação e adaptação as condições do Produtor.	Adaptada as condições de Mercado
Comunicação Rural	Participativa/dialógica	Participativa/estratégica
Realidade Social	Democracia (Questionamentos)	Democracia (Neo-liberal)
Interação Social	Pequenos, médios e sem terras (sindicalismo)	Usuários e clientes (Associativismo/empresarial)

FONTE: Dados da Pesquisa.

No capítulo seguinte apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa de campo, onde se procurou obter as opiniões dos extensionistas sulmineiros em termos de ideologia organizacional e das racionalidades dela constituintes.

5 AS OPINIÕES DOS EXTENSIONISTAS SULMINEIROS

Tendo delimitado e analisado o contexto no qual o extensionista é socializado na organização e o desenvolvimento histórico dessas características, este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo ou seja, os posicionamentos assumidos pelos extensionistas de campo sulmineiros em relação às racionalidades apresentadas pela organização e os seus respectivos graus obtidos na escala Likert.

As respostas obtidas foram processadas nos computadores do laboratório de informática do Departamento de Administração e Economia da UFLA. Através da análise feita, foi possível verificar as diferenças entre as opiniões dos participantes da pesquisa frente às afirmativas que continham como pano de fundo, as racionalidades e a ideologia da organização extensionista.

As diferenças entre os escores médios de cada grupo de posições foi significativa pelo teste de comparação de médias usado (student). A variabilidade dos escores individuais em torno dos escores médios demonstra a possibilidade de confiança nos dados fornecidos pelos participantes (s).

Verifica-se que a maioria das respostas obtidas encontra-se na posição intermediária (3.19), com 46,09 do total de participantes, o que pode representar um reflexo do atual momento onde as diferentes racionalidades coexistem fundamentando as diretrizes e os discursos dos dirigentes, que decidem as ações.

No Quadro 2, tem-se o posicionamento dos participantes e os dos escores, que permitem classificar os grupos de opiniões.

QUADRO 2. Distribuição de frequências e valores médios dos escores em função da racionalidade organizacional.

Racionalidade	Frequência	Percentagem	Escores	(s)
Indefinida	59	46,09	3,19	0,31
Participativa	45	35,16	4,43	0,44
Difusionista	24	18,75	1,93	0,43
TOTAL	128	100,00	3,18	

FONTE: Dados da Pesquisa.

Como foi visto no capítulo três, a organização extensionista passa por uma fase teórica de predominância da ação estratégica, onde a participação dos clientes no direcionamento das ações é fundamental para a melhoria da qualidade do serviço oferecido pela organização.

Pela Figura 1, verifica-se que as respostas obtidas dos participantes que concordam com racionalidade participativa, configurando o escore médio de 4,43, apresentam maior convicção em torno desta, quando comparados com o escore médio obtido para a racionalidade difusionista (1,93):

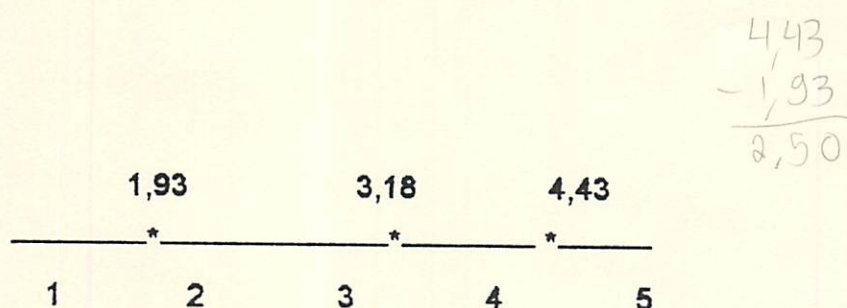


Figura 1. Escores médios obtidos na escala Likert. A convicção se apresenta no maior ou menor intervalo entre o escore médio e o tipo ideal de racionalidade.

A presença de extensionistas participativos em número maior e mais dispostos do que os difusionistas indica uma possibilidade significativa de influência da racionalidade participativa na população de extensionistas indefinidos.

5.1 Caracterização dos extensionistas de campo

Os resultados do estudo permitiram traçar um quadro dos participantes de acordo com seus dados pessoais, como idade, origem, profissão, experiência profissional e quantidade de treinamento recebidos.

De uma forma despretensiosa e com finalidade analítica pode-se dizer que a maioria dos extensionistas sulmineiros são homens com idade acima de 40 anos, em sua maioria engenheiros agrônomos, oriundos do meio urbano e com experiência profissional.

Estes extensionistas receberam com maior intensidade treinamentos e capacitações onde a racionalidade predominante era a difusionista porém, pelo resultado dessa pesquisa, observa-se que a racionalidade participativa é aceita pelo segundo maior grupo (em número de indivíduos) encontrado. Com isto pode-se dizer que a tendência geral das opiniões dos extensionistas pesquisados não é difusionista, como poderia se esperar.

Os resultados encontrados não permitem concluir que qualquer destas categorias apresenta correlação significativa com os tipos de racionalidade que a organização socializa. As comparações realizadas, doravante, baseiam-se no método de análise de item, onde o escore médio de cada categoria é comparado com o escore geral (3,18). Este escore geral funciona como um critério externo de indícios de diferenças entre os escores médios.

5.1.1 Idade

A distribuição dos participantes de acordo com suas idades foi feita de forma que para cada faixa etária fossem calculados os escores médios, de modo a permitir comparações entre a faixa etária e a racionalidade apresentada, como pode ser visto no Quadro 3.

QUADRO 3. Distribuição de frequência e valores médios dos escores em função das variáveis analíticas e as faixas etárias.

Idade	< 30	31-40	41 - 50	> 51
Frequência	10	30	69	19
Porcentagem	7,81	23,44	53,90	14,84
Tecnologia	3.10	3.12	3.26	2.95
Realidade	2.70	2.88	2.87	3.20
Comunicação	3.32	2.43	3.19	3.22
Média conhecimento	3.04	2.98	3.10	3.12
Público	3.15	3.70	3.51	3.38
Organização	3.75	3.04	3.01	2.94
Média Interação	3.45	3.37	3.25	3.16

FONTE: Dados da Pesquisa

A racionalidade participativa apresenta tendência a ser mais aceita pelos mais jovens no que tange às afirmativas sobre interação social, mas, nas referentes a conhecimentos a tendência é para racionalidade difusionista.

O mundo do sistema tem ação significativa na socialização organizacional moderna. Cada vez mais ágeis e abrangentes são as organizações destinadas à comunicação, seja em instituições públicas ou grandes empresas, como as

redes nacionais de televisão, incentivando as pessoas a se capacitarem para o trabalho para poderem se adequar ao mercado. A tendência observada nos escores relativos às questões sobre conhecimentos, de se apresentar tendente para a difusão, pode ser o reflexo da instrumentalização (modernização) das atividades rotineiras do trabalho.

Esta tendência pode ser explicada através da teoria da ação comunicativa de Habermas, onde a ação transformadora da natureza, trabalho do homem, tende a ser instrumentalizado e cada vez mais tecnicizada enquanto que a ação social e política dos indivíduos tende para a incorporação de consensos, que podem ser obtidos com a racionalidade do agir comunicativo, ou seja, com processos dialógicos educativos. Os participantes mais jovens demonstram esta tendência mais claramente do que as demais faixas etárias.

Os participantes da faixa dos 31 aos 40 também apresentam opiniões tendentes para este afastamento da média geral 3,18. Porém, nas outras duas faixas etárias, onde se tem a maioria dos extensionistas a tendência é a aproximação com a média, na posição de indefinição quanto a preferência por algum tipo de racionalidade.

5.1.2 Tipo de trabalho realizado

O trabalho executado pelos profissionais da extensão pode ser considerado complexo, à medida que exige vários tipos de especialidades.

Têm-se extensionistas de todos os níveis de escolaridade, que planejam e executam suas atividades profissionais, sempre de acordo com as normas e diretrizes emanadas dos dirigentes da organização. Para este trabalho, apresentam-se os três grupos de categorias mais comuns, ou seja, os extensionistas de nível superior (agrônomos, veterinários, etc), de nível médio (técnicos agrícolas e outros) e os extensionistas denominados BES (Bem Estar Social), compreendendo profissionais de nível médio e superior.

Pode-se compreender que os profissionais que receberam uma escolaridade mais diretamente relacionada com o "social" como a professora e a assistente social, tenham opiniões favoráveis à racionalidade participativa, enquanto que os profissionais mais técnicos e voltados para o aspecto econômico, como o

agronômo e o técnico agrícola, apresentem tendência a se posicionarem de forma favorável à racionalidade difusionista, levando em consideração a socialização de conhecimentos promovida pelas instituições de ensino profissionalizante (nível médio e superior) e a capacitação organizacional que receberam, conforme Quadro 4.

Tabela 4. Distribuição de frequência e valores médios dos escores em função das variáveis analíticas e tipo de trabalho executado na prática pelo extensionista de campo.

Variáveis	Tipo de trabalho executado		
	Superior	Médio	BES
Frequência	77	35	16
Porcentagem	60,15	27,34	12,51
Tecnologia	3,15	3,05	3,36
Realidade	2,90	2,92	3,30
Comunicação	3,15	3,05	3,31
Média conhecimento	3,06	3,02	3,32
Público	3,52	3,18	3,15
Organização	3,08	3,22	3,59
Média interação	3.33	3.20	3.37

FONTE: Dados da Pesquisa

5.1.3 Origem

A seguir, apresentam-se os grupos formados com a separação dos participantes de acordo com o local de realização do curso primário e seus escores.

Os escores obtidos em cada categoria não permitem interpretações quanto a associações de origem com racionalidade pois são muito próximos à média geral 3,18. Observa-se, no Quadro 5, a predominância de profissionais oriundos do meio

urbano e a racionalidade participativa ter maior escore entre os extensionistas que passaram a infância no meio rural.

QUADRO 5. Distribuição de frequência e valores médios dos escores em função do local de realização do curso primário.

Local	Frequência	Percentual	Escore
Rural	19	14,84	3,22
Urbano	97	75,78	3,16
Rural/Urbano	12	9,37	3,17
TOTAL	128	100	3,18

FONTE: Dados da Pesquisa

5.1.4. Ano de realização do pré-serviço

A organização extensionista, com mais de meio século de existência, possui sua política de seleção, contratação e socialização o que permitiu agrupar os participantes de acordo com a época em que realizaram a capacitação inicial.

Como no ano de 1985 ocorreu uma mudança na ideologia organizacional, principalmente no processo de socialização, onde o conceito de participação se diferencia de cooptação, adotou-se este ano para separar os grupos, conforme o quadro seguinte.

QUADRO 6. Distribuição de frequências e valores médios dos escores em função da vivência na organização, a partir da realização do pré-serviço.

Pré-serviço	Frequência	Porcentagem	Escore
Antes de 1985	94	73,44	3,07
Após de 1985	25	19,53	3,23
Não Fez	09	7,03	3,24
TOTAL	128	100	3,18

Os extensionistas que realizaram seu curso pré-serviço após 1985, apresentam o escore acima do escore médio geral, enquanto que aqueles que realizaram antes apresentam escore abaixo. O pequeno grupo que não realizou este curso apresentou-se também acima da média. Existe a possibilidade de que o escore abaixo da média, obtido pelos participantes mais antigos na organização (3,07), seja decorrente do fato de terem sido socializados no período de predominância da racionalidade difusionista, característica nas fases "clássica" e "produtivista-humanista". Os extensionistas contratados à partir de 1985 receberam menos influência dos métodos e meios difusionistas e apresentaram o escore 3,23 (acima da média geral).

5.1.5 Quantidade de treinamentos recebidos

Para este trabalho, considera-se a quantidade de 10 eventos como indicadora de familiaridade entre um extensionista e a organização. Estes eventos são caracterizados por treinamentos, reuniões técnicas, dias de campo, cursos, dentre outros que materializam a relação indivíduo e organização.

A distribuição dos participantes de acordo com esta quantidade de capacitações recebidas não permite correlações significativas com as racionalidades presentes na ideologia organizacional.

Entretanto, os escores obtidos nas questões sobre interação social, conforme se observa no Quadro 7, tendem para a racionalidade participativa e os escores para as questões referentes ao conhecimento tendem para a ação difusionista. Este fato ocorreu em todas as relações que se realizaram neste trabalho e pode indicar que os extensionistas, apesar de procurarem uma interação participativa, se apresentam com métodos e meios difusionistas. A realização de eventos de socialização que desenvolvam métodos participativos para fundamentar as ações extensionistas no campo se apresenta como uma possível alternativa para tornar estas ações mais eficientes.

QUADRO 7. Distribuição de frequências e valores médios dos escores em função das variáveis analíticas e da quantidade de treinamentos recebidos.

Variáveis	Menos de 10	Igual ou mais de 10
Frequência	85	43
Porcentagem	66,41	33,59
Tecnologia	3,28	3,08
Realidade	2,92	3,05
Comunicação	3,10	3,30
Média conhecimentos	3,09	3,14
Público	3,51	3,57
Organização	3,06	3,03
Média Interação Social	3,26	3,38

FONTE: Dados de Pesquisa

Os resultados da pesquisa indicam confiança nos métodos e meios participativos. Estes métodos permitem uma maior democratização das relações sociais, provocando assim o que Habermas (1987) chama de “domínio do mundo da vida sobre o mundo do sistema”, onde as reivindicações por maior participação nos benefícios gerados pelas organizações no capitalismo, cada vez provocaria menos diferenças, na medida da humanização (ação comunicativa) das relações sociais (trabalho e interação).

Encerra-se esta parte, com a constatação de que os dados obtidos pela pesquisa não permitem indicar, com segurança, correlações entre as categorias utilizadas para caracterizar os extensionistas de campo (idade, tipo de trabalho, origem, etc) com as racionalidades predominantes na ideologia organizacional. Não se pode afirmar, por exemplo, que os extensionistas mais experientes sejam predominantemente difusionistas e nem que os mais jovens sejam participativos.

5.2 A ideologia e a racionalidade presentes nas respostas

Nesta parte do trabalho, realiza-se uma sintética análise das respostas obtidas no questionário incluindo a participação dos extensionistas que contribuíram com depoimentos, críticas e propostas escritas.

Para se ter uma aproximação da realidade prática dos extensionistas de campo, no que diz respeito a suas opiniões e disposições sobre a ideologia e as racionalidades apresentadas pela organização, utilizou-se o método de análise de item de acordo com Friedrichs (1979) que realiza algumas comparações entre a opinião predominante e opiniões particularizadas. Estas comparações não são estatisticamente significativas entre si, mas podem ser consideradas como fontes indicativas de tendências.

Para isso, apresentam-se as respostas dos participantes aos temas teórico-práticos do seu cotidiano, apoiando ou rejeitando paradigmas, racionalidades e ideologias.

As médias variando entre 1 e 2, indicam que os participantes consideram que a questão é predominantemente difusionista. Entre 2 e 4 tem-se situações de indefinição, onde os participantes não demonstraram convicção em suas próprias opiniões. As médias que se situaram entre 4 a 5 indicam que as questões foram consideradas predominantemente participativas (Anexo 3).

A seguir, comentam-se os resultados obtidos dentro da perspectiva da pesquisa, ou seja, abordando as questões sobre o conhecimento, necessário para o trabalho do extensionista, e da relação social que envolve os sujeitos no "mundo da vida".

5.2.1 As respostas indefinidas e os indecisos

Os participantes que apresentaram escores médios em torno da média geral (3,18), se constituem no maior grupo dentre o total de respostas obtidas. Estes

extensionistas contribuíram na eleição de um grupo de cinco questões que representaram pouca coerência, ou seja, a partir das quais não se pode definir com segurança o tipo de racionalidade predominante no conjunto do questionário.

A seguir, comentam-se os resultados destas cinco afirmativas.

Nas questões sobre tecnologia revelou-se uma polêmica entre os participantes. Sendo o conceito de tecnologia complexo, ele envolve vários tipos de conhecimentos especializados; além disso cada vez mais é necessário o conhecimento sobre as causas e as consequências do uso da tecnologia. A questão que foi apresentada aos participantes foi a seguinte:

"A falta de um questionamento crítico sobre as origens e os beneficiários da moderna tecnologia é uma das causas de alienação tanto nos produtores, quanto nos extensionistas" (questão 18).

Concordam totalmente com esta afirmativa 37,50 % dos participantes mais 32,81 % que concordam parcialmente. O escore obtido nesta afirmativa é 3,83, acima da média geral de 3,18 indicando que os participantes têm tendência a questionar o conceito de tecnologia, uma característica da racionalidade participativa.

Na temática da tecnologia, tem-se ainda a questão 24, que também se apresenta de forma indefinida quanto a racionalidade:

"A tecnologia é como se fosse uma mercadoria, e por isto deve ser paga, por aqueles que dela se utilizam para aumento de produtividade".

Esta questão teve a concordância de 26,56 % das respostas e 49,29 % concordaram parcialmente. O escore obtido é de 2,42.

Portanto, a tendência é difusionista, posição abaixo da média de 3,18.

Tecnologia pode se parecer com uma mercadoria que se vende e que se troca, mas certamente é bastante complexa. Tecnologia é um benefício que deve ser utilizado pelos que dela necessitam para seu desenvolvimento. O depoimento seguinte resume o pensamento de um extensionista sobre este direito:

"É garantido a assistência técnica ao pequeno produtor rural gratuitamente, pelas constituições : federal, estadual e na lei orgânica municipal" (Ext. A, 1995).

A temática sobre a realidade sócio econômica apresenta também uma polêmica:

"O extensionista deve agir de modo a contribuir com o desenvolvimento à partir da realidade do meio rural, procurando defender reivindicações específicas deste setor, como reforma agrária e condições concretas de produção, sem exploração" (questão 20).

Para esta questão tem-se 28,91 % dos participantes que concordam e 38,28 % que concordam parcialmente. Este grupo obteve o escore 3,45 demonstrando um grau de referencial participativo significativo: uma maioria que concorda com a reforma agrária e que tem tendência a referendar em suas ações a racionalidade participativa.

Na temática do relacionamento com o público, têm-se questões que também não permitem definir a racionalidade: "A extensão rural deve propiciar um tratamento diferenciado a seu público, concentrando transferência de tecnologia nos grandes e médios e assistência social nos mini e pequenos, para que estes também possam adotar tecnologia moderna" (questão 15).

A distribuição dos participantes a favor dessa afirmativa é de 30,47% que concordam e 35,94% que concordam parcialmente. O escore obtido foi de 2,60, apresentando uma tendência para a racionalidade difusionista.

O depoimento a seguir confirma a necessidade de tratamento diferenciado para o público:

"O tratamento a médios e grandes produtores deve ser diferenciado dos pequenos. Os primeiros, na maioria das vezes requer uma assistência técnica específica a uma área/cultura, tendo na maioria das vezes bom nível tecnológico. Quanto aos pequenos produtores a assistência técnica deve ser diversificada, sendo envolvidos vários fatores/famílias, sendo sua atividade diversificada, comercializam as sobras do seu consumo. Portanto, é mais complexo assistir aos pequenos produtores que aos demais, pois a demanda por informações é eclética, nos grandes e médios é específica, mais fácil". (Ext. A. 1995).

Ainda com relação ao tema, tem-se a questão 19:

"O planejamento, sem as diretrizes pré-estabelecidas pelas organizações públicas, leva ao descompromisso do produtor com metas e objetivos desejados".

Têm-se 44,53 % que concordam e mais 22,66 % que concordam parcialmente com esta afirmativa. Este grupo obteve o escore de 2,38. Em relação a média geral, posiciona-se a favor da difusão.

Neste caso, o público deve ser coadjuvante no planejamento e atuante na execução. Por outro lado o depoimento a seguir resume uma posição que pode ser considerada tendente para uma racionalidade participativa:

"O resultado da ação extensionista não é imediato, inicialmente pode ser subjetivo, para se chegar à satisfação do cliente, em função da tecnologia. Processo de extensão correlacionado a custos/ benefícios é função de tempo e resultado final e não imediatismo. A missão da extensão é caminhar de acordo com a aspiração da família rural, dentro do contexto do ambiente que a influência". (Ext. B, 1995).

Como conciliar os interesses das famílias rurais com os interesses da organização parece ser a chave para o trabalho do extensionista de campo. Quando apenas os interesses da organização predominam, pode-se não obter os resultados desejados.

5.2.2 As questões com racionalidade participativa

A operacionalização dos dados, obtidos na pesquisa e mostrados no anexo 3, permitiu a identificação de oito itens cujos escores se situaram próximos ao escore de 4,43. Pelos dados tem-se também que cerca de 35% dos extensionistas participantes da pesquisa contribuíram para que a racionalidade participativa fosse predominante.

A seguir, passa-se a comentar estes itens :

Na questão 14, sobre o credenciamento do conhecimentos do extensionista para dialogar com os produtores e suas organizações obteve-se escore 4,59. Assim, 75% dos participantes concordam e outros 18,75% concordam parcialmente com esta auto análise.

O diálogo pode ocorrer, mas a realidade interfere de maneira a dificultar a aceitação da lógica da pequena produção pelo extensionista e a compreensão da lógica dos conhecimentos do extensionista pelo pequeno produtor rural.

O depoimento a seguir serve para demonstrar como esta dificuldade foi retratada:

"Alguns extensionistas não tem visão da realidade em que os produtores estão inseridos. Por isto o diálogo é dificultado. É necessária uma auto-capacitação que propicie um conhecimento da porteira para fora, já que os pequenos produtores (da região), não ficam dependentes da EMATER-MG, pois têm suas organizações de classe os grupos naturais e familiares (com isto buscam muito mais que o extensionista sua auto-capacitação). A postura do técnico teria que acompanhar esta evolução, o que não ocorre, para muitos". (Extensionista 0, 1995).

Assim, os extensionistas que concordam com estas constatações estão sendo racionalmente participativos e podem referendar políticas e diretrizes que facilitem os canais de diálogo em suas relações profissionais.

O conceito que os participantes possuem de tecnologia "envolve a noção de maior independência em relação ao complexo agro-industrial, que os insumos e equipamentos necessários sejam de fácil aquisição e que não causem prejuízo ou danos ao meio ambiente" (questão 8). Este entendimento sobre tecnologia obteve escore de 4,45 e foi avaliado convictamente por 66,41% dos participantes e parcialmente por mais 25 %.

No que diz respeito ao conhecimento sobre comunicação, "a noção de mudanças e troca de informações é incorporada, mas também é necessário que exista motivação para que o público possa iniciar sua participação". Esta noção do

conceito de comunicação, apreciada na questão 21, obteve o escore 4,88 e foi referendada por 90,62 %, mais 7,81 % parcialmente, ou seja, quase a maioria absoluta.

Nas questões sobre realidade sócio econômica tem-se a seguinte que envolve conhecimentos do conceito de classe social: "Existem antagonismos entre as classes sociais, principalmente entre as que possuem ou controlam os meios de produção e as que não possuem" (questão 23). Concordam totalmente com este item 70,31 % dos participantes, além de 17,87 % que concordam parcialmente. Esta questão obteve o escore de 4,52. Este reconhecimento das diferenças existentes entre as classes sociais no campo pode ser ligado à questão da missão da extensão, junto a seu público.

Com relação ao público 74,22% concordam e mais 19,53% concordam parcialmente com a seguinte questão, que obteve o escore de 4,63 "É necessário atuar com maior comprometimento com os interesses e as lutas dos pequenos produtores, inclusive procurar atuar de forma participativa, nas diversas organizações representativas destas famílias ou comunidades rurais" (Questão 16).

Os depoimentos a seguir demonstram a vontade de atuação mais consciente por parte dos extensionistas participativos :

"É necessário comprometimento e criatividade para os extensionistas atuarem participativamente com os pequenos produtores" (Ext. O, 1995).

"O extensionista por si só não resolve os problemas do meio rural. Mas sim, havendo trabalho conjunto entre órgãos como Prefeituras, Sindicatos e outros, consegue-se êxito à curto prazo e atende às reais necessidades dos produtores. Portanto, entende-se que a Extensão sem recursos materiais para subsidiá-la é uma enganação e uma simples perturbação no meio rural" (Ext. M. 1995).

Ainda sobre a temática de interação com o público tem-se a questão seguinte:

Para 75,78% que concordam, mais 16,62% que concordam parcialmente, "os pequenos produtores devem participar na sociedade como uma classe com interesses próprios e ser tratada de acordo com suas particularidades". Esta afirmativa obteve o escore de 4,61 (questão 7).

Quanto ao tema de interação interna dos participantes manifestaram-se de forma a concordar com a racionalidade participativa nas seguintes questões :

Para 87,37% que concordam, mais 12,50% que concordam parcialmente, "o processo de socialização deve se basear no questionamento da realidade e contar com a participação dos treinandos na elaboração do planejamento, na execução e na avaliação". O escore para esta questão, de número 12, é de 4,79.

A outra questão é a de número 22 :

"Para se basear na realidade, o processo de socialização da organização deve incluir uma fundamentação teórico-metodológica que auxilie o extensionista a compreender o funcionamento da sociedade".

Os participantes que concordaram com esta afirmativa constituem 71,87%, sendo que 18,75 % concordam parcialmente. Este item obteve o escore 4,55. O depoimento a seguir mostra a importância do conhecimento da realidade para o trabalho do extensionista :

"A equipe local tem que vivenciar a realidade onde os produtores estão inseridos, buscando com eles soluções para os problemas e sua participação nos planos de órgãos e com os recursos existentes. Se não caminhamos com os produtores dentro de sua realidade, a necessidade do serviço de extensão deixa de existir. A sociedade não é estática, é transformadora com a realidade também. A base de hoje tem que agir" (Ext. 0, 1995).

5.2.3 As questões difusionistas

Os extensionistas que se posicionaram favoráveis à racionalidade difusionista obtiveram escores individuais situados ao redor de 1,93.

As questões onde os participantes decisivamente concordaram com referencial teórico-metodológico e os meios difusionistas, formaram um grupo de sete.

No que toca ao tema da tecnologia, a afirmativa que se segue revela a racionalidade difusionista:

Para 49,28% que concordam e 32,81% que concordam parcialmente:

"A tecnologia é incorporada por produtores rurais com conhecimento da concorrência do mercado e que buscam as inovações com intenção de aumentar a sua produtividade" (questão 17).

Para este item, o escore foi de 1,98 e foi classificado de difusionista porque considera-se a transferência de tecnologia como missão principal da extensão.

Esta premissa, de que a tecnologia deve servir à obtenção de lucro, pode resultar em perdas futuras da qualidade de vida (considerando meio ambiente e saúde pública).

No que tange à comunicação, a premissa de que "para aumentar produtividade das propriedades rurais, os extensionistas devem utilizar do processo de transferência de tecnologia", é aceita por 57,03% mais 33,59% que aceitam parcialmente, com um escore de 1,28 (questão 6).

O entendimento de que "a missão da extensão é difundir tecnologia através dos meios adequados" é partilhado por 67,19% mais 23,43% que concordam parcialmente. Neste item o escore obtido foi de 1,55 (questão 9).

Com relação às questões sobre a realidade sócio-econômica têm-se mais afirmativas que se enquadraram na classificação de racionalidade difusionista:

A maioria dos participantes 55,47% concordam e 21,88% concordam parcialmente que "a ação extensionista deve ser especializada e buscar mais eficiência, ou seja, a organização deve ser mais ágil e mais realista com a situação do país". Esta afirmativa obteve o escore 1,94 (questão 10).

Esta questão é estrategicamente vital para um serviço de extensão que se fundamenta na transferência de tecnologia como missão fundamental, pois, tendo sua ação especializada, o extensionista pode oferecer um serviço eficiente para aqueles clientes que possam responder também eficientemente a todas as etapas do processo de adoção de novas tecnologias.

Também, quanto à realidade sócio-econômica é a questão difusionista a seguir:

"A participação de outras organizações no planejamento do trabalho de extensão constitui uma dificuldade porque o não cumprimento de metas, a cargo destas, desacredita o trabalho perante o público" (questão 11).

Para 54,69 % esta afirmativa é aceita como correta e para mais 26,56 % é parcialmente correta. Escore obtido, 1,93 .

Quanto à participação de outras instituições, o depoimento a seguir resume a falta de preparo ocorrido nas experiências que se realizaram:

"A questão não é desacreditar, mas sim torná-las mais eficientes. Quando os interessados não sabem o que será feito por eles/com eles; a resposta esperada não se concretiza". (Ext. A. 1995).

Com relação à capacitação (interação interna), as questões seguintes enquadram-se também na racionalidade difusionista:

Para a maioria dos participantes (70,31 % mais 20,31 %), "A organização deve propiciar aos extensionistas, através do processo de capacitação, meios para responderem às demandas dos clientes, por informações técnico-gerenciais" (questão 13). Esta afirmativa obteve o escore 1,52 .

"Os treinamentos, a supervisão e o acompanhamento devem ser ministrados por instrutores e supervisores capacitados no processo de transferência de tecnologias agropecuárias e gerenciais" (questão 25).

A maioria dos participantes (85,16 % mais 7,81 % que concordam parcialmente) referendam esta afirmativa, que obteve o escore de 1,32. Desta forma, para a maioria dos extensionistas o processo de socialização organizacional, deve oferecer a participação dos profissionais que possuem experiência com a metodologia difusionista.

6 CONCLUSÃO

Os extensionistas que participaram da pesquisa constituem um grupo de 82% do total de extensionistas de campo da superintendência Sul da EMATER-MG, ou seja 128 participantes.

Destes 128, têm-se 69% com idade acima de 40 anos. Quanto à profissão, a maioria possui nível superior, sendo a agronomia o curso predominante. Tem-se, também 16% que executam trabalho voltado para a área assistencial (BES).

A maioria, mais de 70%, é originada do meio urbano e realizou sua capacitação inicial antes do ano de 1985. Assim receberam socialização organizacional fundamentada em referencial teórico-metodológico veiculado nas fases clássica e produtivista. A maioria dos extensionistas participou de eventos onde a organização efetuou seu processo de socialização. Portanto, um grupo experiente e participante da história da extensão rural oficial.

No caso da organização nacional, demonstrou-se que existem momentos onde a racionalidade da ação decorre de paradigmas voltados para a ampliação da participação e momentos, em maior número de oportunidades, em que prevalece a da difusão. Este fato revela uma certa ambigüidade na forma de atuação da organização, sendo até certo ponto conflitiva. Portanto, os indícios apontam para uma tendência cada vez maior de assimilação em seus documentos e discursos de referencial teórico-metodológico com racionalidade participativa. Desta forma, a organização pode assegurar sua existência no mundo da vida, ou seja, na realidade em constantes transformações.

As respostas dadas pelos extensionistas de campo sulmineiros ao questionário auto-administrado permitiram agrupar as tendências de opiniões presentes nos participantes. Quando colocados frente a questões referentes a aspectos da realidade do trabalho, e que se fundamentam na ideologia organizacional responderam da seguinte maneira: 46,09 % opinaram de forma indefinida, ou seja, sem convicção; 35,16 % demonstraram opiniões favoráveis à racionalidade participativa e 18,75 % que opinaram favoravelmente à racionalidade difusionista, conforme foi visto no Quadro 2.

Portanto, a tendência é que os aspectos sociais passem a ter mais atenção do extensionista e da organização, sem descuidar-se dos aspectos econômicos, que devem propiciar a melhoria real da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais.

Nas relações sociais em que estão envolvidos (relações com produtores, com superiores hierárquicos, com políticos, dentre outros), os extensionistas de campo estão adquirindo a compreensão de seu valor como profissional a serviço de um desenvolvimento rural, que pode ser racionalmente equacionado.

Essa constatação de que a maioria dos extensionistas de campo está adquirindo cada vez mais concretamente compreensão de seu valor intrínseco, cria importantes exigências quanto ao caráter das discussões sobre o processo de socialização organizacional.

A organização EMATER-MG pretende maior autonomia política, financeira e administrativa. Para tanto, busca meios através de uma postura mais eficaz junto a seus clientes. A realização de convênios e contratos com órgãos públicos e demais organizações que têm interesse no desenvolvimento rural possibilitaria a ação da extensão junto aos segmentos de pequenos produtores.

Para esta organização, seus agentes devem atuar de forma a atender as necessidades e anseios dos clientes e de suas organizações, oferecendo informações técnicas e sócio-econômicas, assessoria e discussão sobre os meios de proporcionar melhoria na qualidade gerencial do negócio agrícola, que proporcionaria a melhoria da qualidade de vida no meio rural, que é sua missão principal.

Na pesquisa de campo, a maioria dos extensionistas do sul de Minas Gerais expressam opiniões e disposições favoráveis à ampliação da participação na metodologia de socialização organizacional e na interação com o público (de maneira especial com os pequenos produtores).

Tanto nos eventos de capacitação interna, quanto a interação dos extensionistas com o público, deve haver o predomínio de normas e condutas que favoreçam a participação, através do diálogo.

Para a maioria dos participantes (85%), o processo de socialização organizacional deve aproveitar a experiência dos instrutores, assessores e supervisores atuais, mas deveria incluir os treinandos nas fases do planejamento, organização e avaliação, além da execução.

A comunicação rural, que fundamenta a forma através da qual a organização interage com seus clientes, segundo a maioria dos participantes (70%), deveria ter conotações educativas, e para isto usar a comunicação dialógica, do reconhecimento dos conflitos existentes e, à partir destes, deveria oferecer as propostas de encaminhamento de soluções para os problemas que impedem o desenvolvimento, em todas as instâncias.

A maioria é favorável a melhores condições para a produção e comercialização para os produtores rurais, com o uso de técnicas mais naturais e menos dependentes. São favoráveis à reforma agrária e ao direito dos produtores de ter assessoria em sua atividade agropecuária, tanto na produção quanto na comercialização. Estas pretensões devem ser compreendidas pelos dirigentes da organização de forma a possibilitar consensos sobre a missão da ação extensionista. Desta forma, de modo participativo e democrático, pode-se esperar maior qualidade e o reconhecimento da necessidade da extensão rural pública e gratuita para os milhares de pequenos produtores rurais do país.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ed. da Unicamp, 1992. 275 p.
- ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa : dois enfoques da extensão rural. Cadernos de Administração Rural. Lavras, v.2, n.1, p.23-43, jan./jun. 1990.
- ALVES, R.C.P. O dilema de extensão rural - uma proposta alternativa de ação. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29, Campinas 1991. Anais.... Campinas: SOBER. 1991. p.689-707.
- AMORESE, R. M. Comunicação participativa como prática cultural : um enfoque para extensionistas. Brasília: EMBRATER, 1984. 126p.
- BRESSAN, S. Introdução ao estudo da sociedade. Ijuí: Livraria Ijuí, 1986. 135p.
- CAPORAL, F.B; FIALHO, J.R.D. A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29, Campinas, 1991. Anais...SOBER, 1991. p.708-728.
- CHAUI, M. O que é ideologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 126p.
- DEMO, P. Sociologia, uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1987. 159p.
- DIAS, C.E.A. Um debate necessário sobre o fechamento da EMBRATER e as mudanças na extensão rural em Santa Catarina. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29, Campinas, 1991. Anais...SOBER, 1991. p. 729-741.
- DUVERGER, M. Ciência Política: teoria e método. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 937p.

- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MINAS GERAIS. Constatação de mudanças resultantes da reflexão sobre modelos de comunicação, em relação aos níveis de participação dos agricultores envolvidos em estratégias de ação. Belo Horizonte: EMATER-MG, 1980. 10p.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MINAS GERAIS. Programa de desenvolvimento empresarial: definições institucionais. Belo Horizonte: EMATER - MG, 1984a. 28p. (Documento 1).
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MINAS GERAIS. Programa de desenvolvimento: estrutura organizacional e malha de responsabilidade. Belo Horizonte : EMATER-MG , 1994b. 28p. (Documento 2).
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MINAS GERAIS. Programa de desenvolvimento empresarial: gestão empresarial. Belo Horizonte: EMATER-MG, 1994c. 31p. (Documento 3).
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Estrutura operacional, modelo, estratégia e diretrizes da trabalho. Brasília: EMBRATER, 1975. 75p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Objetivos, princípios e conceitos de extensão rural. Brasília: EMBRATER, 1984a. 17p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Como melhorar a eficácia da extensão rural na Brasil e na América Latina. Brasília: EMBRATER , 1984b. 35p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Extensão rural : Uma contribuição ao seu repensar. Brasília: EMBRATER, 1985. 21p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Políticas e diretrizes de formação extensionista. Brasília: EMBRATER, 1987. 76p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Plano de ação estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural 1991- 1995. Brasília: EMBRAPA, 1991. 52p. (Documento 1).
- FALKEMBACH, E. M. F. ; BELATO, N.O. Planejamento participativo: contribuições para um trabalho de base. Ijuí: Livraria Unijui, 1986. 71p.
- FERRARI, A.T. A teoria das ideologias e as ideologias marxistas. Revista IMES, São Paulo, n.3, p.27-34, maio/ago, 1984.

- FIGUEIREDO, R. P. Extensão Rural, desenvolvimento e democracia: Pronunciamentos do Presidente da EMBRATER. Brasília: EMBRATER, 1986. 69p.
- FLORES, M. X.; SILVA, J. S. Projeto EMBRAPA II: do projeto de pesquisa ao desenvolvimento sócio-econômico no contexto do mercado. Brasília: EMBRAPA, 1992. 55p.
- FONSECA, M.T.L. A extensão rural no Brasil: Um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192p.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 93p.
- FRIEDRICH, O.A. Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção. Brasília: EMBRATER, 1988. 64 p.
- FRIEDRICHS, J. Methoden empirischer Sozialforschung. Rowohlt. Reibek bei: Hamburg. 1979. 430p.
- GURGEL, R.M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez Editora, 1986. 182p.
- HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 237p.
- HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Taurus, 1987. Vol I. 517p.
- HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto "Ideologia". In: Walter Benjamin; Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jurgen Habermas. . 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 313- 343.
- HATT, P. e WILLIAM, J.G. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. 478p.
- HAYAMI, Y; RUTTAN, V.W. Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais. Brasília: EMBRAPA-DPU, 1988. 583p.
- LIKERT, R. A organização humana, São Paulo: Atlas, 1975. 266p.
- MAGALHÃES, T.C. Ação e poder em H. Arent e J. Habermas. Revista Ensaio, São Paulo, v.15/16, p.185-200, 1986.
- MARANGON, B. Relacionamento extensionista e homem rural. Belo Horizonte: EMATER-MG/COATE/NUCON, 1980. 65 p.

- MARQUES, O. M. Formas e graus do conhecimento (Texto experimental). Ijuí: Livraria Unijui Editora, 1986. 16p.
- MENDONÇA, N. D. O uso dos conceitos. Petrópolis: Vozes, 1985. 154p.
- OLIVEIRA, A. G. Origem e evolução da extensão rural no Brasil; uma análise histórico-crítica. Viçosa: UFV, 1987. 138p. (Tese Mestrado em Extensão Rural)
- OLIVEIRA, M.M. A utopia extensionista: ensaios e notas. Brasília: EMBRATER, 1988. 314p.
- PACHECO, E. Introdução à teoria do Estado. Ijuí: Livraria Unijui, 1986. 135p.
- PINTO, J.B.G. A educação de adultos e o desenvolvimento rural. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J.D. Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.65-99.
- RESENDE, L. A. O processo de socialização introdutória em uma organização extensionista. Viçosa: UFV, 1990. 206 p. (Tese Mestrado em Extensão Rural).
- RIBEIRO, J.P. Políticas: uma necessidade para o direcionamento da ação extensionista. Brasília: EMBRATER, 1984, 26p. (Série: leituras selecionadas n.11).
- ROGERS, E.M.; SHOEMAKER, F.F. Communication of Innovations. 2ed. New York: Mc Millan, 1971. 367p.
- SIEBENEICHLER, F. B. A hermenêutica macroscópica de Jurgen Habermas. Revista Ensalo. São Paulo, v. 15/16, p.201-214. 1986.
- SMITH, T. L. Organização rural: problemas e soluções. São Paulo: USP, 1971. 302p.
- TENÓRIO, F.G. Tem razão a administração? Revista de administração pública. Rio de Janeiro, v.24. n.2 p.5-9. 1990.
- WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. São Paulo: Ática, v.13. 1982. 167p. (Coleção grandes cientistas sociais).

ANEXOS

ANEXO 1 - Correspondência enviada aos extensionistas de campo

Prezado Colega,

Solicito sua atenção para com a pesquisa que apresento, em anexo.

Sua participação, respondendo ao questionário, fundamentará este estudo sobre como o trabalho de extensão é compreendido pelo extensionista.

Com este estudo, pretende-se fornecer parâmetros para o processo de capacitação extensionista e dados para a compreensão do serviço de extensão rural, do ponto de vista dos extensionistas de campo.

Isto reflete a preocupação e o desejo de uma categoria profissional em melhorar sua participação no desenvolvimento de nossa sociedade.

Não se sinta obrigado a responder, mas proceda consciêntemente. Você, se preferir, pode não se identificar.

Aguardamos sua resposta até 29.04.94. Envie diretamente para o endereço já discriminado no envelope de resposta, já selado. Assim sua opinião pessoal somente será revelada com seu expresso consentimento. Para nosso controle, coloque no remetente do envelope resposta o endereço de seu escritório local.

Caso você tenha algo a contribuir, além das respostas sinceras, pode se utilizar dos versos do formulário para escrever, analisando conceitos, dando testemunho de fatos ou oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento e a continuação deste estudo.

Antecipando agradecimentos, informamos que o resultado da pesquisa será de fácil acesso a todos os interessados.

Cordialmente,

ANEXO 2 - Questionário utilizado

Local de trabalho _____

Para as questões 1 à 4, marque X :

1. Quantos anos você tem ?

- ☐ Menos de 20 ☐ De 21 a 30
☐ De 31 a 40 ☐ De 41 a 50
☐ Mais de 51

2. Seu curso primario ...

- ☐ Foi no meio rural ☐ Foi no meio urbano

3. Sua profissão é ... (escreva por extenso)

- ☐ De nível superior _____
☐ De nível médio _____

4. Ano em que realizou o pré-serviço

- ☐ Antes de 75 ☐ De 76 a 84
☐ De 85 a 89 ☐ De 90 a 94
☐ Não fez

5. Numero de treinamentos profissionais que a EMATER lhe propiciou :

- ☐ Nenhum ☐ De 1 a 3
☐ De 4 a 6 ☐ De 7 a 9
☐ Mais de 10

A seguir, responda de acordo com seu conceito :

6. A extensão rural sem a transferencia de tecnologia não ataca o problema central do produtor, que é aumentar a produtividade.

☐) Concordo

☐) Concordo parcialmente

☐) Não sei

☐) Discordo parcialmente

☐) Discordo

7. A participação dos pequenos produtores deve refletir seus interesses como classe social.

8. O serviço da extensão deve privilegiar aquelas tecnologias que não causem dependência do produtor, com relação a insumos de difícil aquisição, e prejuízos ao meio ambiente.

9. A missão do serviço de extensão é fazer o que sabe, ou seja, transferencia de tecnologia através da difusão e utilizando para isto os métodos e meios apropriados.

10. A tendência é a especialização da ação extensionista em instituições mais enxutas e eficientes, tornando a relação custo/ benefício realista com a situação do país.

11. A participação de outros órgãos/instituições no planejamento constitui uma dificuldade, pois o não cumprimento de metas a cargo destes (as), desacredita o trabalho da extensão.

12. O processo de capacitação extensionista tem que se basear no questionamento constante da realidade e contar com a participação dos treinandos na elaboração do planejamento, da execução e da avaliação.

13. O importante, na capacitação, é que os extensionistas possam dar respostas as demandas do público por inovações tecnológicas que propiciem maior rentabilidade na atividade agropecuária.
14. O conhecimento do extensionista o credencia a dialogar com os produtores, suas famílias e suas organizações.
15. A extensão rural deve propiciar um tratamento diferenciado a seu público, concentrando transferência de tecnologia nos grandes e médios e assistência social nos mini e pequenos, para que estes também possam adotar tecnologia moderna.
16. Para um trabalho comprometido com os interesses e as lutas dos pequenos produtores, a extensão deve procurar atuar participativamente com suas organizações representativas.
17. A transferência de tecnologia agropecuária e gerencial só pode ser concretizada naqueles produtores que buscam as inovações, com a clara intenção de aumentar sua produtividade, maximizando lucros e minimizando custos, capacitando-os a enfrentar a concorrência no mercado.
18. A falta de um questionamento crítico sobre as origens e os reais beneficiários da moderna tecnologia, é uma das causas de alienação tanto nos produtores, quanto nos extensionistas.
19. O planejamento, sem as diretrizes e metas pré-estabelecidas pelas organizações públicas, leva ao descompromisso do produtor com os objetivos desejados.
20. O extensionista deve agir de modo a contribuir com o desenvolvimento a partir da realidade do meio rural, procurando defender reivindicações rurais, como reforma agrária e condições concretas para produção, sem exploração.

21. O público necessita de informações e motivação para participar do processo de mudança em sua realidade, sem a motivação não haverá a troca de informações necessária.
22. O processo de capacitação extensionista deve se basear no questionamento da realidade e ser capaz de propiciar fundamentação teórico-metodológica para a ação prática, incluindo discussões sobre o funcionamento da sociedade.
23. A sociedade é conflituosa porque existem antagonismos entre as classes sociais, principalmente entre as que possuem ou controlam os meios de produção e as que não possuem.
24. A tecnologia é como se fosse uma mercadoria, e por isto deve ser paga, por aqueles que dela se utilizam para aumento de produtividade.
25. Os treinamentos, o processo de supervisão e acompanhamento, devem ser ministrados por instrutores e supervisores capacitados no processo de transferência de tecnologias agropecuárias e gerências.

ANEXO 3. Distribuição de frequências das respostas obtidas para as questões e escores médios.

P/D	Q	1	2	3	4	5	F _{med}	Variações
(1)	(2)	(D)	(DP)	(NS)	(PP)	(P)		(2)
D	6	73(57,03)	43(33,59)	1(0,78)	6(4,69)	5(3,91)	1,65	C
P	7	3(2,34)	2(1,56)	6(4,69)	20(16,62)	97(75,78)	4,61	IP
P	8	6(4,67)	4(3,12)	1(0,78)	32(25,00)	85(66,41)	4,45	T
D	9	86(67,18)	30(23,43)	1(0,78)	5(3,91)	6(4,69)	1,55	C
D	10	71(55,47)	28(21,88)	10(7,81)	4(3,12)	15(11,72)	1,94	R
D	11	70(54,69)	34(26,56)	1(0,78)	9(7,03)	14(10,94)	1,93	R
P	12	1(0,78)	1(0,78)	2(1,56)	16(12,50)	108(87,37)	4,79	IO
D	13	90(70,31)	26(20,31)	1(0,78)	5(3,91)	6(4,68)	1,52	IO
P	14	5(3,91)	2(1,56)	1(0,78)	24(18,75)	96(75,00)	4,59	C
D	15	39(30,47)	46(35,94)	1(0,78)	11(8,59)	31(24,22)	2,60	IP
P	16	3(2,34)	2(1,56)	3(2,34)	25(19,53)	95(74,22)	4,63	IP
D	17	63(49,28)	42(32,81)	0	8(6,25)	15(11,72)	1,98	T
P	18	11(8,59)	10(7,81)	17(13,28)	42(32,81)	48(37,50)	3,83	T
D	19	57(44,53)	29(22,66)	7(5,47)	7(5,47)	28(21,87)	2,38	IP
P	20	27(21,09)	12(9,37)	3(2,34)	49(38,28)	37(28,91)	3,45	R
P	21	0	2(1,56)	0	10(7,81)	116(90,62)	4,88	C
P	22	2(1,56)	5(3,91)	5(3,91)	24(18,75)	92(71,87)	4,55	IO
P	23	4(3,12)	1(0,78)	10(7,81)	23(17,87)	90(70,31)	4,52	R
D	24	34(26,56)	63(49,28)	0	5(3,91)	26(30,31)	2,42	T
D	25	109(85,16)	10(7,81)	1(0,78)	3(2,34)	5(3,91)	1,32	IO

(1) Tipo de questões P = Participativa ou D = Difusionista

(2) T=Tecnologia; C=Comunicação Rural; R=Realidade sócio-econômica;

IO=Interação com organização; IP=Interação com o público.

078

$$344 + 9 + 100 + 475 = 591$$

100/108